



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 150ª CIRCUNSCRIÇÃO - PARANATAMA - DP150ªCIRC
DINTER1/18ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **18E0240000078**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **07/05/2018** às **10:49**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **11/3/2018** no período da **Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE PARANATAMA, 1, BR 423, POVOADO BREJO VELHO, ZONA RURAL - Bairro: CENTRO - PARANATAMA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **RODOVIA FEDERAL**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

GILBERTO DA SILVA (AUTOR / AGENTE)
EDSON DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) que estava em posse do(a) Sr(a): **GILBERTO DA SILVA**



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

EDSON DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** Data de Nascimento: **20/3/1974** Naturalidade: **SALOA / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **554844254/SDS/PE (RG), 23539520899 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **AGRICULTOR(A)**

GILBERTO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO** Data de Nascimento: **30/12/1978** Naturalidade: **SALOA / PERNAMBUCO / BRASIL** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **2º. GRAU COMPLETO** Profissão: **AGRICULTOR(A)**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **GILBERTO DA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **GILBERTO DA SILVA**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 125** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PGD6186** (PERNAMBUCO/SALOA) Renavam: **471415081** Chassi: **9C2JC4110CR509551**
Ano Fabricação/Modelo: **2012/2012** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

SEGUNDO O NOTICIANTE, SENHOR EDSON DA SILVA, RELATA QUE NO DIA 11/03/2018 TRANSITAVA PELA BR423, NAS PROXIMIDADES DO POVOADO BREJO VELHO, POR VOLTA DE 10H20, NA GARUPA DE UMA MOTOCICLETA HONDA CG 125 FAN, DE PLACA PGD6186, DE COR VERMELHA, ANO 2012, CHASSI N°9C2JC4110CR509551, GUIADA POR SEU IRMÃO, O SENHOR GILBERTO DA SILVA, QUANDO SOFREU UM ACIDENTE AO CAIR DA MOTOCICLETA. QUE FOI SOCORRIDO LOGO APÓS, PELO SAMU DE SALOA, DE

07/05/2018 11:50

ACORDO COM A FICHA DE ATENDIMENTO DE N°02100320 APRESENTADA. E POR CONTA DA GRAVIDADE DA LESÃO, ELE FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO EM RECIFE, SENDO ATENDIDO ÀS 23H31. DE ACORDO COM O QUE CONSTA NA FICHA DE ATENDIMENTO DE N°944189/2018, O MESMO SOFREU T.C.E (TRAUMATISMO CRÂNIO CEFÁLICO) E OUTRAS LESÕES, FICANDO INTERNADO ATÉ O DIA 25/03/2018, QUANDO RECEBEU ALTA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

EDSON DA SILVA
(VITIMA)

GILBERTO DA SILVA
(AUTOR \ AGENTE)

Edson da Silva
Gilberto da Silva

B.O. registrado por: **EDMAROES DOS SANTOS GOMES** - Matrícula: **3875016**



07/05/2018 11:50



Tarifa Social de Energia Elétrica; Criada pela Lei 10.4

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111. Boa Vista, Recife - PE. CEP: 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

PEDRO IZIDIO DA SILVA
R SUBIDA APOS CESTAO D ALIMENTOS

CPF 042.450.914-87

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

R JA LUIZ DA SILVA GUERRA

F ELIOPOLIS/GARANHUNS
GARANHUNS PE
53298-290

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
078863747	ÚNICA	24/09/2019
DATA DE EMISSÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
24/09/2019	2002183804	1184587

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0863444012	09/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVIS
01/10/2019	25/10/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	72,1 000000	0,77852320
Crédito Bandeira VERMELHA		
Contrib. Ilum. Pública Municipal		
MS Subvenção-CDE-NF 071215202-25/07/19		
Multa por atraso-NF 075076854 - 28/08/19		
Multa por atraso-NF 075076854 - 28/08/19		

DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE
	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA		
CAT	28/08/2019	32.732,00	24/09/2019	3.804,00	29	1,00000



Assinado eletronicamente por: BRUNO DE ARAUJO SENA - 25/06/2020 20:00:39

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062520003898600000062720856>

Número do documento: 20062520003898600000062720856

02/04/2018 Keanr

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO



FICHA DE ESCLARECIMENTO

Nº Atendimento:

1625902

485166

0410042/18

Nome:

Edson da Silva

Foi atendido às

hs. do dia

07/11/18

Diagnóstico Provável:

OTC Corb m 504

Tratamento Realizado:

O tratamento com zexoral

E 100 mg 5x ao dia

Observação:

O segurado ambulatorial



Médico -

Dr. Edson da Silva
CRM 24294

Scanned by CamScanner





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO

FICHA DE ESCLARECIMENTO

ATENDIMENTO: 944189/2018.

NOME: EDSON DA SILVA.

Foi atendido às 23h31 do dia 11.03.2018.

Diagnóstico provável: T.C.E. - CONTUSÃO TEMPORAL
DIREITO - HSDA LAÇIMADA TEMPORAL DIREITA
+ HSDA LAÇIMADA BASTANTAL DIREITA.
FRATURAS COSTA CERVICAL EM REGIÃO OCCIPITAL
FRATURA CLAVICULAR (ACIDENTE DE TRÔTTO)
ESCRIVÃO

Tratamento realizado: TAL DE CRÂNIO - CONTUSÃO TEMPORAL
DIREITO - HSDA LAÇIMADA TEMPORAL DIREITA
HSDA LAÇIMADA BASTANTAL DIREITA
TIPO VÍDEO
ANALISE
EXAMES LABORATORIAIS

Obs. ALTA HOSPITALAR EM 25-03-2018

As informações contidas neste documento foram transcritas, na íntegra, do Prontuário Médico, não do Médico Assistente e sim do serviço Arquivo Médico e Estatístico.

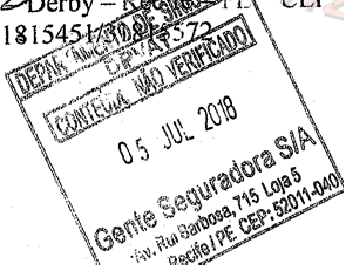
Cópia de Prontuário Médico em 23-04-2018

SES - Hospital da Restauração
Dr. Gilberto Wanderley Lima
Gerente Médico do SAME
CRM: 4532

SES - Hospital da Restauração
Dr. Gilberto Wanderley Lima
Gerente Médico do SAME
CRM: 4532

Atenção: Este documento destina-se a comprovação de atendimento hospitalar ou ambulatorial para: INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DO TRATAMENTO AMBULATORIAL.
Av. Agamenon Magalhães, S/N Derby - Recife - PE CEP 52.010-040

Fones: 31815451/31815572



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: EDSON DA SILVA
ESTADO CIVIL SOLTEIRO PROFISSÃO: AGRICULTOR
RG 55.484.425-4 ORG EXPEDIDOR SSP CPF: 235395208199
ENDEREÇO RUA LUIZ DA SILVA GUERRA Nº 757 BAIRRO
FONE (S): SEVERIANO MORAES FILHO FONE 087-9997-0123

OUTORGADO: Bruno de Araújo Sena, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE 28.063-0, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, N° 28, centro Saloá Pernambuco, CEP: 55350-000, F: 87 981521494.

PODERES: Para o foro em geral, com clausula "ad judicia", para defender os interesses e direitos do outorgante, processos de qualquer natureza, até o final da decisão como autor, réu, assistente ou oponente, perante qualquer juízo, Instância ou Tribunal, contra qualquer pessoa física ou jurídica, em defesa dos legítimos interesses do outorgante conferindo-lhe poderes ainda para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e da quitação, desistir, renunciar e assinar, interpor recursos necessários, tornar vistas em processos, contestar qualquer ação, receber notificação e intimação, incluindo também os poderes da procuração "ad negotia", a fim de requerer e fazer levantamento de valores creditados em favor do outorgante, através de alvará judicial, RPV ou precatório, junto a quaisquer instituições financeiras, que façam referência aos depósitos judiciais que o outorgado atuou como patrocinador da ação, **pedir retenção de honorários advocatícios combinados de acordo com contrato de honorários, ou seja 30% (trinta por cento) do proveito econômico, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais**, enfim requerer, assinar praticar tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho do mandato em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes que lhe são outorgados.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento particular de honorários advocatícios, o contratado, ora outorgado, e o contratante, ora outorgante, celebram:

CLAUSULA PRIMEIRA: O advogado contratado obriga-se, face ao mandado judicial que lhe foi outorgado, a prestar seus serviços profissionais na ação judicial desempenhando com zelo a atividade do seu encargo, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal.

CLAUSULA SEGUNDA: Em remuneração desses serviços, o advogado contratado receberá do contratante os honorários líquidos e certos correspondentes a **30% (trinta por cento) do proveito econômico, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, que pode (m) ser solicitados em alvará (s) separado (s) numerário líquido e já deduzido do contratante.**

CLAUSULA TERCEIRA: O contratante caberá o pagamento das custas e despesas que se fizerem necessárias, quando for o caso de possibilidade financeira, ao bom andamento, sempre previamente acertados, como também o fornecimento de documentos e informações que a contratado solicitar.

CLAUSULA QUARTA: Caso haja composição amigável, ou no caso do não prosseguimento da ação por circunstâncias não determinadas pelo advogado contratado, ou ainda se lhe for cassado o mantado sem culpa, o total dos honorários será exigido imediatamente no foro de Garanhuns/PE

DECLARAÇÃO: O outorgante **DECLARA**, nos termos das Leis N° 7.115/1983 e 1060/50, para os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais sem sacrifício do seu sustento e de sua família, necessário, portanto, da gratuidade judiciária indicando como seu advogado o outorgado acima nomeado.

GARANHUNS /PE, 26/07/2019
Edson da Silva
Outorgante/Contratante/ Declarante (confirma reconhecimento por autenticidade)

Scanned by CamScanner



DECLARAÇÃO

DECLARANTE: EDSON DA SILVA

ESTADO CIVIL SOLTEIRO PROFISSÃO AGRICULTOR

RG 55.484.425-4 ORG. EXPEDIDOR SSP CPF 235395208199

ENDEREÇO RUA LUIZ DA SILVA GUERRA Nº 157 COAHIPE 2
GARANHUNS

DECLARO, nos termos do art. 98 do CPC e das Leis nº 7.115/1983 e 1060/50, para os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária.

Edson da Silva

DECLARANTE (Reconhecido por AUTENTICIDADE)

Scanned by CamScanner



Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: **EDSON DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180531154**
Vítima: **EDSON DA SILVA**
Data do Acidente: **11/03/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador **BRUNO DE ARAUJO SENA**

Assunto: **NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180531154**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **11/03/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00057/00058 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13615177



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 9120-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

77735837

Edson da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 55.484.425-4 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 11/03/2015

NOME EDSON DA SILVA

FILIAÇÃO MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE SALOÁ - PE DATA DE NASCIMENTO 20/03/1974

DOC ORIGEM SALOÁ - PE IATECA CN:LV.A020/FLSº025/Nº05070

CPF 235395208/99

ASSINATURA DO DIRETOR

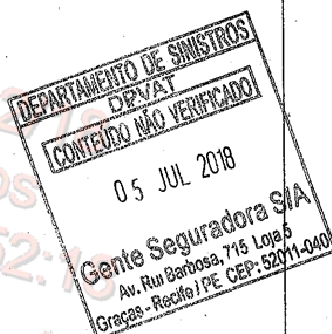
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18

ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18

ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18

ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18



ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18

ASL-0410042/18
marta.santos
08/07/2019 11:52:18





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003276-30.2020.8.17.2640**

AUTOR: EDSON DA SILVA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

DESPACHO

R. h.

Trata-se de “Ação de Indenização – Seguro DPVAT” proposta por EDSON DA SILVA, representado por advogado legalmente habilitado, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Ante a ausência de pedido de tutela provisória, liminar, de urgência ou de evidência, cite-se o réu, pelos correios (art. 247 do Código de Processo Civil), com aviso de recebimento (súmula 429 do Superior Tribunal de Justiça), designando-se audiência de conciliação ou de mediação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte dias) de antecedência.

Conste-se na carta de citação a petição inicial, este despacho e os demais requisitos do art. 250 do Código de Processo Civil.

Para ciência da audiência, intime-se o autor, através de seu advogado, por publicação no DJ-e.

Advirta-se que o réu poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação ou mediação.

Em seguida, intime-se o demandante para réplica.

Chegando o processo neste estado, em conformidade com a instrução normativa nº 16, que nos foi comunicada através do ofício nº 2014.654.1310, encaminhe os autos à Central de **CONCILIAÇÃO** do DPVAT, **tão logo receba Ofício**, requisitando feitos dessa natureza, para que sejam apreciados durante a semana de **CONCILIAÇÃO** do mutirão do DPVAT, considerando que dispõem de estrutura para realização de perícias médicas necessárias.

Garanhuns, 01 de julho de 2020.

Bel. Enéas Oliveira da Rocha
Juiz de Direito.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003276-30.2020.8.17.2640**

AUTOR: EDSON DA SILVA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

DESPACHO

R. hoje

Em virtude da situação excepcional que o assola o país por conta da Pandemia de COVID-19, não se mostra razoável a designação de audiência de conciliação/mediação.

A fim de minimizar o acúmulo dos atos que seriam praticados nas audiências aprazadas para o período de suspensão das atividades presenciais, afigura-se viável realizar alguns atos processuais independentemente da marcação de audiências, como forma de compatibilizar a continuidade da jurisdição e o interesse público pelo isolamento social.

Urge trazer a lume o Enunciado nº 35 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM possibilitando a adequação de ritos, in verbis:

“35) Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.”

Desse modo, chamo o feito a ordem para determinar a desmarcação da audiência de conciliação. CITE-SE a requerida, pelo correio, com Aviso de Recebimento – AR (CPC/2015, art. 247 e Súmula STJ nº 429) para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, bem como dizer se interesse na conciliação, formulando proposta, em caso positivo, a ser submetida ao adverso litigante.

Remeta-se a citanda cópias da petição inicial, constando da carta de citação os demais requisitos do art. 248 do Código de Processo Civil em vigor.

Intime-se.

Garanhuns-PE, 19 de outubro de 2020.

Bel. Enéas Oliveira da Rocha
Juiz de Direito



HABILITAÇÃO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE GARANHUNS - PERNAMBUCO.

Processo nº 0800700-98.2020.8.20.5145

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, Registro SUSEP 2101, com sede na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.060-000, por seus procuradores ao final assinados, estes com endereço para intimações na Rua da Hora, n.º 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52020-015,, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados infra firmados, com endereço profissional constante no timbre, vem, na presente demanda movida **EDSON DA SILVA**, requerer a habilitação, bem como a juntada de procuração e substabelecimentos, comprovando, assim, a validade da representação processual de seus patronos.

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente na pessoa do(a) **Bel(a). Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971**, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº. 2539, Caminho das Árvores, Salas 2702 a 2708, CEO Salvador Shopping, Torre Nova Iorque, Salvador – Bahia, CEP 41.820-021.

Registre-se que as mencionadas intimações devem ter seu teor publicados em Diário oficial, conforme art. 205, §3º, do Novo CPC, e art. 6º da Resolução nº 234, do CNJ, independentemente do processo tramitar eletronicamente.¹

¹ Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.

§ 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. (...)

Art. 6º Serão objeto de publicação no DJEN:

I – O conteúdo dos despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos, conforme previsão do §3º do Art. 205 da Lei. 13.105/2015



Requer, assim, que todas as intimações sejam publicadas e dirigidas única e exclusivamente para ao referido profissional, em conjunto com o nome da empresa Ré, lançando-se o seu nome na capa do processo.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Garanhuns/ PE, 06 de Novembro de 2020.

Thacio Fortunato Moreira
OAB/BA 31.971



PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

Administração: "Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de como mais significativas na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente contábil de continuidade operacional com base nas evidências de auditoria obtidas, se maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com o Sr. e, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos a existência relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas sobre a responsabilidade pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado desses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha vida significativa em à capacidade de continuidade operacional da Companhia, do, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive das proibidas divulgação pública de assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente, se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria sobre as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante a auditoria, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por parte de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou nossos trabalhos. Também aos responsáveis pela governança declaramos que as consequências adversas de não conformidade podem, dentro de uma perspectiva incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos de que com o uso de agências de rating, incluindo os requisitos aplicáveis, superar os benefícios da comunicação para o interesse público, conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossos-ve de independência, e comunicamos-nos todas as eventuais relacionamentos ou assuntos - Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019, se relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não nos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando Grant Thornton EHI mais se mantiverem em continuidade operacional." Avaliamos a apresentação geral, a nível, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação Grant Thornton Auditores Independentes Marcio Romão Pereira estrutura e 0 das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados CRC sp.025.583/0.1-5 - R CT CRC RJ, 076774-0"

Id: 2169889

Lagoa Azul Energética S.A.

CNPJ Nº 09.623.959/0001-65

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM	E 2017	Em MRS	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM	E	Em MRS	
ATIVO		11574				
Circulante		1877				
Contas a receber	3811	3622	29.549	30.744	Resultado financeiro	—318
Empréstimos a receber	672	4270				258 307
Despesas antecipadas	437	1396	17.734	15.616	Despesas financeiras	(254) (39)
Estoque		384			Lucro antes do IR e da contribuição social	15.073
Não circulante	293	—104.490	(2.043)	(1489)	Imposto de renda e contribuição social	(1.046) (1.053)
Imobilizado	95747	104.148	(17)	32	Corrente	
Total do ativo	102668	2017	Lucro líquido do exercício			
PASSIVO	2018	7.394	DEMONSTRA - ES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO	EM 31/12/2018 E 2017	Em MRS	
Circulante	E85	1740	Capital	Ajustes de	ucros	Otal do
Contas a pagar		401	Reserva de lucros			
Impostos e contribuições a recolher	1.453	401				
Dividendos a pagar	398	3.174				
Outras contas a pagar	3.474	2070				
Patrimônio líquido	3440	—104.490	Redução de capital			
Capital social	93.903	26319	Lucro líquido do exercício			
Reservas de lucros	18819	17.193	13.364	Constituição de reserva legal	(668)	
Ajuste de avaliação patrimonial	18824	64.558				
Total do passivo do patrimônio líquido	59260					
carlos Gustavo Nogueira Andrioli Diretor - CPF	102.668					
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor - CPF	379.68					
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contadora - CPF	071.000.7					
Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC	11919					
ISP-	117225-c					

Id: 2169799

Energética Ponte Alta S.A.

CNE 07.567.555/0001-03

ALANÇOS PATRIMONIAIS EM	EM 31/12/2018	DEMONSTRA OES DOS RESULTADOS EM 31/12/2018	2017	2018	2017	
ATIVO						
Circulante						
Contas a receber	2.671	2.176	Lucro bruto			
CCPensação de VZiaOes energeticas			3234 Despesas (receitas) operacionais			
Despesas antecipadas	57	80	Gerais e administrativas			
Estoque	551	547	Outras			
Impostos a recuperar	276	361	Lucro antes do resultado financeiro			
Outras contas a receber	2	2	Lucro líquido do exercício			
Não circulante	38.886	41.263	DEMONSTRA OES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2018 E 2017	Em MRS		
Imobilizado			Capital	Retenção	Ajuste de avaliação	Lucros (prejuízos)
Total do ativo						
PASSIVO						
Circulante						
Contas a pagar	040	733	Reserva legal			
Empréstimos e financiamentos	282	227	Constituição de reserva de retenção de			
Impostos e contribuições a pagar	2102	1887	Saldo em 31/12/2017			
Dividendos a pagar						
Não circulante						
Empréstimos financiamentos 2.303						
Dividendos declarados (6.154)						
Reservas lucros	8.770	7682	Dividendos mínimos obrigatórios			
Ajuste de avaliação patrimonial	7.415	7909	Constituição de reserva de retenção de			
Total do passivo e do patrimônio líquido						

Id: 2169816

Bela Vista Energética S.A.

CNPJ 23.538.959/0001-80

3 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2018 E 2017 (Em MRS)		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2018 E 2017 (Em MRS)		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	2018 2017	—gg.1@ —gp-tz		34 1 2 8	
Circulante —TILO —7214	Receita operacional líquida 21.101 21.257	Reserva de Caixa e equivalentes de Custo	1415		
Contas a receber	5.899 6349	de geracio de energia		Divi.	Total do
Despesas antecipadas	79 247	Lucro bruto	16.725 13.680	dendo	Lucros patri-
Cstoquas 233 163	Despesas operacionais	manio Empréstimos a receber 2.511	Gerais e administrativas (1820) (1.424)	—sngial Capital Legal	—mentar comple* —lados acumu* —líquido
Impostos a recuperar	21	Outras receitas (despesas) operacionais	(248) (273)	Saldos em 31/11/2016	
Outras contas a receber	31 12	Lucro operacional antes ao resultado financeiro		Dividendos Declarados	(574) (574)
Não circulante		Resultado financeiro		(9,000)	(9,000)
Imobilizado	40.912 40286	Receitas financeiras		Lucro do exercicio	- 11.364 11.354
Total do ativo	—29.1Z	Despesas		de reserva	(563)
Circulante	7.489 __ 65g5	Lucro antes do IR e		Di. idendos minmos obrigatórios	- (2.699) (2.699)
Contas a pagar	3.333 309/	da contribuição social		Reserva de dividendos complementares	
Impostos e contrib	a recolher	02 335 Imposto de renda e contribuicao social		Reserva de dividendos complementares	
Dividendos a pagar	3.609 2399	Corrente		Capitização através da Reserva	
Outras Contas a pagar		Lucro líquido do exercicio		Legal	508 (903)
Inte	__113ã			Dividendos declarados	

Outras contas a pagar	1.130	canos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68	(8.007)	(8.007)
Patrimônio líquido	-42.497 391.739	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - CPE: 071.000.747-70	Lucro do exercício	- 14.434 14.434
Capital social	31.672 31.064		Detidendo dos mltos obrgatdrios	(3.609) (3.609)
Reterv-ovs chueos	10825 8.705	Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-C	Resoma de dividendos complementares	-LIDE)
Total do passivo e patrimônio líquido		Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contachr - CRC: RO-119036-0	saldos em 31/12/2018	

Id: 2169787

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ no 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 3330027332-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MON-

GERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2019, lavrada em forma de sumário nos termos do SPº do art. 130, da Lei n. º 6.404, de 15 de

ta e Helder Molina; e os seguintes membros compareceram à reunião através de chamada de longa distância: Dennis Patrick Gallagher, Kent Gerard Callahan e Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior, estes três nesse ato representados por Sua procuradora. Foram cumpridas as formalidades de convocação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme determina o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Composição da mesa:** Sr. Nilton Molina, Presidente. Escolhido o Sr. Helder Molina para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do dia** Deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) Eleger 0 novo Diretor Financeiro; (ii) Ratificar a composição da Diretoria; e (iii) Redistribuir e Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

dezembro de 1976. 1. **Data, hora e local:** Em 02 de janeiro de 2019, às 9h, na sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), na Travessa Belas Artes, no 15, Centro, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20.060-000. 2. **Convocação e Presença:** Compareceram pessoalmente à reunião os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Nilton Molina, Fernando Rodrigues Mo-

CNPJ/MF 33.478.496/0001-62 - NIRE 33300054740 Ata da AGE: Data: 01/11/2003, às 14:30hs. os acionistas em sua totalidade, com a presidência de Jacob Barata e secretariada por Antonio Padua Arantes. Deliberam e aprovam por unanimidade a redução do capital social da Cia. Nos termos do art. 173 da Lei 6404/76, por ser excessivo, no valor de R\$ 2.365.719,10, passando-o de R\$ 7.866.807,10, para R\$ 5.501.088,00, mantendo-se a mesma quantidade de ações e alterando o art. 3º do Estatuto. ASS) Jacob Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira

5. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, com a Barata, abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (i). Eleger, ad AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 61, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, S.A. na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CNPJ/MF CEP: 22790-150, Após ter sido declarado pelos atuais membros da Diretoria da Com-

05.940.203/0001-81

JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 16, caput, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 16, inciso II, do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladalich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), e Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Presidente Interina da AGÊNCIA, bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT). Presidente da Mesa: Julio Cesar Carmo Bueno, Secretária da Mesa: Carla Christina Fernandes Pinheiro. 1 Iniciando os trabalhos, o Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: 1.1 REVOGAÇÃO DA ELEIÇÃO DA DIRETORA TATIANE ALLEM: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente 0 art. 16, caput, do Estatuto Social, a revogação da eleição, a par tir da presente data, para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA, da Sra. Tatiane Allem, eleta por este Conselho de Administração na reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2019. Em seguida, em decorrência do exposto, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente a revogação da eleição, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO: Q: Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, caput, do Estatuto Social, o Conselho de Administração revoga a eleição da Sra. TATIANE ALLEM para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA. 1.2 Por fim, tendo em vista que a posse e o exercício do cargo da citada diretora se encontram atualmente em fase de análise de homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto no S 3º do art. 10 do Estatuto Social, o Conselho de Administração determinou que a AGÊNCIA adote as providências cabíveis junto à Autarquia Federal a fim de comunicar a revogação da eleição ora deliberada. Nada mais havendo a

docu mento Imprensa assinado

Rio de Janeiro

digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso

panhia, que cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147, da Lei nº 6.404/76, e do Estatuto Social, para a sua investidura como Diretor da Companhia, bem como preenche todas as condições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP ("Resolução CNSP") nº 330/15. OS Conselheiros deliberaram, por unanimidade, a eleição do novo membro da Diretoria. O eleito toma posse no seu cargo nesta data, dia 02.01.2019, conforme termo de posse anexo. (ii) Ratificar a composição da Diretoria: ezeisdzile: Sr. Helder Molina, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 8.118.414-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob 0 nº 053.638.568-83, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Carlos Góes, nº. 55, apto 701, Leblon, CEP 22.440-040; Sr. Luiz Cláudio do Amaral Friedheim, brasileiro, casado, securitário, titular da carteira de identidade nº 03.851.089-7, expedida pelo IFPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 822.674.307-97, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Itu, nº. 10, Humaitá, CEP 22260-120; Cia]. Sr. Osmar Navarini, brasileiro, casado, advogado, titular da carteira de identidade na 14499, expedida pela OAB/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 301842.820-04 e residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Fernando Nogueira de Sousa nº. 137, apto. 301, Barra da Tijuca, CEP 22620-380; nr-nr Mark-ting: Sr. Nuno Pedro Correia David, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 50786786-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 227.616.528-60 e residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, no. 716, apto. 183, Pinheiros, CEP 05417-001; DiEmil.Eimam: Sr. Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 097520373, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF nº 028211.147-61, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22790-150; e ca-n Sr. José Carlos Gomes Mota, brasileiro, viúvo, advogado, portador da carteira de identidade no 8.118.413, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua garão do Triunfo, no. 1415, apto. 31, campo Belo, CEP 04602005. (iii). Redistribuir e Ratificar a designação dos diretores responsáveis por área perante a Superintendência de Seguros privados ("SUSEP"), conforme relacionado a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: a) Helder Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; b) Raphael de Almeida Barreto Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Raphael de Almeida Barreto - Diretor responsável administrativo-financeiro; d) Nuno Pedro Correia David - Diretor responsável técnico (Circular Susep 234 e Resolução CNSP 321); e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143; f) Osmar Navarini - Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: g) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares Susep 234 e 445); h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. 6. D udas: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação deste Conselho, referidos nesta ata. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro (RJ), 02 de janeiro de 2019. Mesa: Nilton Molina Presidente; Helder Molina - Secretário. Membros do Conselho: Nilton Molina; Fernando Rodrigues Mota; Helder Molina; Dennis Patrick Gallagher - p.p. Anna Tavares de Mello; Kent Gerard Callahan - p.p. Anna Tavares de Mello; Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior - p.p. Carla Fernandes de Mello Clemente. Jucerja Certifico 0 arquivamento em 20/03/2019 sob 0 nº 00003551128. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário-Geral_

Id: 2169788

Ittig Comércio e Serviços de Automóveis S.A.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:23:17

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610231784500000069244985

Número do documento: 20110610231784500000069244985

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tratar, o Presidente em exercício do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 08. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 15/03/2019 sob o nº 00003546569.

Carla Christina Fernandes Pinheiro

Secretária

UF: 2169726

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT) e a Sra Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGERIO. O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, S6º do Estatuto Social, a indicação dos nomes do Sr. Gilson da Silva Santos e da Sra. Tatiane Alem para compor a Diretoria Executiva da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise dos currículos dos indicados e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme ata da 2ª reunião realizada em 11 de janeiro de 2019, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente elegê-los, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foram eleitos, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. GILSON DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de maio de 1962, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 02672771516, expedida em 01 de fevereiro de 2018, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.570.107-87, residente e domiciliado na Rua Hilario de Gouveia, nº 126, apt. 302, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.040-020 e a Sra. TATIANE ALLEM, brasileira, divorciada, nascida em 13 de abril de 1980, advogada e gestora pública, portadora da carteira de identidade nº 2038991341, expedida pela SSP/RS em 21 de dezembro de 2016, inscrita no CPF/MF sob o nº 811.486.820-15, residente e domiciliada na Estrada da Barra da Tijuca, no 315, Bloco 1, apt. 105, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.611-201. Os eleitos declaram que não estão incorridos em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não estão impedidos de ocupar cargos na administração da Agência e que atendem aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo dos Diretores ora eleitos ficam condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 02 e 03. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 19/03/2019 sob o nº 00003550087.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2019.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro Secretária

UF: 2169725

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro do ano de 2018, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR) e a Sra. Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE), bem como o Sr. Vitor Bandeira

arbossa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna e a Sra. Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da Pre-

ANO XLV - N 055 - PARTE V 65 SEXTA-FEIRA - 22 DE MARÇO DE 2019

sidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: 1.1) RENÚNCIA DA SRA HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO, TITULAR DA AGERIO. O sr. presidente em exercício do Conselho comunicou aos demais membros do colegiado sobre a apresentação de renúncia formal da Presidente da Agência, Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, por meio dos Ofícios PR/AgeRio 48/2018 e 49/2018, encaminhados ao Presidente em exercício do Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2018, ao cargo de Presidente da Agência e membro do Conselho de Administração, a partir de 16 de janeiro de 2019, por motivos estritamente pessoais. A Diretora Dara de Souza e Silva é indicada ao cargo de Presidente, cumulativamente com o de Diretora de Operações (DIOPE), considerando inclusive que a mesma já foi aprovada por este Conselho como substituta eventual da Presidente na Reunião Ordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2018. O Conselho de Administração acatou a renúncia da Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, exaltando a excelência de sua gestão, a capacidade de liderança e inovação, o comprometimento com resultados e o foco no cliente, elevando o patamar da administração da Agência dentro de um modelo de governança alinhado às boas práticas do mercado, agradecendo-o por participar do Colegiado sempre de forma ativa e transparente. Prosseguindo, o Conselho de Administração aprovou a indicação da Sra. Dara de Souza e Silva para o cargo de Presidente em exercício da Agência, a partir de 16 de janeiro de 2019, cumulativamente com o de Diretora de Operações, até a homologação do Sr. Alexandre Rodrigues Pereira pelo Banco Central do Brasil. 1.2) ELEIÇÃO DE NOVO TITULAR DA AGERIO: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, Sif do Estatuto Social, a indicação do nome do Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA para Presidência da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise do currículo do indicado e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme Ata da 1ª reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser rinitente elegê-lo, na forma da deliberação que segue. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foi eleito, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de agosto de 1973, ad ministrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 23.409.876-4 - SSP/SP, expedida em 07 de julho de 2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.646.578-09, residente e domiciliado na Rua General Fernando Vasconcellos Cavalcanti de Albuquerque, nº 775 - casa 17, bairro Granja Vianna, no município de Cotia, em São Paulo, CEP 06711-020, para exercer o cargo de Presidente da AgeRio. O eleito declara que não está incorso em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não está impedido de ocupar cargos na administração da Agência e que atende aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo de presidente ora eleito ficam condicionado à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 7, fls. 98 e 99. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 27/02/2018 sob o nº 00003533832.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2018.

TITO BRUNO BANDEIRA RYFF

Secretário

UF: 2169724

Associações, Sociedades e Firms

Avisos, Editais e Termos

ÁGUAS DO PARAÍBA SIA

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.00163344

Edital de Convocação, Convidamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 12/04/2019, às 08 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em AGO: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2018; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2018; (c) Retenção de lucros; e (d) Eleição dos Administradores; (ii) Em AGE: (a) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2019; (b) Contratação de Prestação de Serviços; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes à Ordem do dia. Campos dos Goytacazes, 19/03/2019. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

UF: 2169256

ATP - AROUND THE PIER

ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF N.º 05.510.716/0001-52 - NIRE N.º 33.2.070886-9 CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 02 de maio de 2018, recebeu a carta de renúncia do Sr. Francisco Pierrini, ao cargo de Diretor sem de signação específica da Sociedade, com registro perante a JUCERJA nº 00003546662 em 15/03/2019. Bernardo Feijó Sampaio Benwanger Secretário Geral.

UF: 2169778

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ

CNPJ: 28.521.870/0001-25

CONCESSÃO DE LICENÇA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ torna Público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN045014, com validade até 07 de dezembro de 2018, que a autoriza para implementação de quatro Mirantes da RJ163 e melhorias físicas de trafegabilidade com execução de serviço de preparação de sbleito, aplicação de camada de escória e instalação de dispositivos de sinalização sem aplicação de camada asfáltica na RJ-151 trecho entre



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:23:17

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610231784500000069244985

Número do documento: 20110610231784500000069244985

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 22 de Março de 2019 às 0300.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:23:17

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610231784500000069244985>

Número do documento: 20110610231784500000069244985

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.353; **2) Carlos Antônio Harten Filho**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.357; **3) Danielle de Azevedo Cardoso**, inscrita na OAB/BA sob o nº 51.266; **4) Kamila Portinho Borges**, inscrita na OAB sob o nº 30.831; **5) Manuela Moura da Fonte**, inscrita na OAB sob o nº 30.397; **6) Milena Gila Fontes**, inscrita na OAB sob o nº 25.510; **7) Umberto Lucas de Oliveira Filho**, inscrito na OAB sob o nº 30.603, com escritório profissional na cidade de Fortaleza, na Avenida Santos Dumont, nº 2828, SI 06 e 07 – Edf. Torre Santos Dumont – Aldeota – CE – CEP 60.150-161, conferindo aos **OUTORGADOS** poderes para o foro em geral, de acordo com o artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, e, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, propor ações judiciais, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, substabelecer e assinar carta de preposto. Ficam expressamente revogados todos os poderes conferidos pela Outorgante por todo e qualquer instrumento de mandato previamente juntado aos processos em que esta procuração vier a ser apresentada. O presente instrumento é válido por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

12º OFÍCIO DE NOTAS Rua do Rosário, nº 134 - Centro - CEP: 20041-002 088591AB585041
TABELIÃO PEDRO CASTILHO Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3852-4000

Reconheço por semelhança as firmas de: NUNO PEDRO
CORREIA DAVID (L:016SEM/018) e OSMAR NAVARINI
(L:3131/177) (X000001EEA36)
Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019. Conf: _____

EM TEST. _____ da verdade TJ
Rafael R. M. Braga - Esc. Cad. 94-09406 Total
EDDV-39184 TER, EDDV-39185 IRB
Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>





SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Matos de Souza
Tabelião

Tânia Castro Góes
Substituta

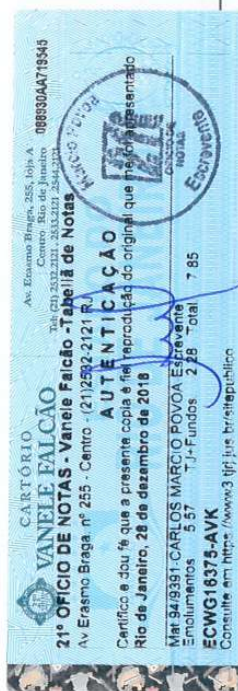
10º SERVIÇO NOTARIAL - RJ
Patrícia de Castro Duarte
Tabelã Substituta Mat. 94-2134

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobreloja, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-100
Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2658 / 2215-2859
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2235-3050

TRASLADO
LIVRO 2013
FLS. 197
ATO 162

PROCURAÇÃO, na forma abaixo:

S A I B A M os que este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano de dois mil e dezoito, ao(s) 10 (dez) dia(s) do mês de dezembro, perante mim, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, lotada no 10º Serviço Notarial do Rio de Janeiro, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 26, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, compareceu como Outorgante, **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta Cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, representada por seus Diretores, **OSMAR NAVARINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade do IFP nº 06043929-6 e do CPF nº 301.842.820-04; e **LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da carteira de identidade do IFP nº 03.851.089-7 e do CPF nº 822.674.307-97, residentes e domiciliados nesta Cidade. Os presentes reconhecidos como os próprios pelos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé.- E, pela Outorgante, por seus representantes, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeava e constituía seus bastantes procuradores: **1) FERNANDA BLANCO ERBISTI**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.540 e do CPF nº 098.929.017-46; **2) JOEL ÁVILA DUTRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 166.598 e do CPF nº 070.431.527-04; **3) ANDRÉA MARAVILHA DUARTE**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 104.043 e do CPF nº 035.235.967-69; **4) JÚLIA YASMIM SEIXAS MARINHO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 202.033 e do CPF nº 126.111.027-75; **5) VIVIANE TAVARES RODRIGUES**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 129.471 e do CPF nº 051.775.347-23; **6) RAPHAEL SALLES DE PINHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 184.459 e do CPF nº 056.495.467-54; **7) NATALIE GUIMARÃES SOARES**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 169.588 e do CPF nº 106.380.607-02; **8) LAÍS MATIAS FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 218.910 e do CPF nº 110.098.067-93; e **9) JOÃO GABRIEL ALEIXO LUSTOSA CLARK MAGON**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.105 e do CPF nº 095.536.997-58, todos residentes e domiciliados nesta Cidade, com endereço comercial na Travessa Belas Artes, nº 15, aos quais conferem os poderes da cláusula ad judicium, para o foro em geral, podendo ainda os Outorgados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromisso, e, ainda, poderes gerais, amplos e ilimitados para representar a Outorgante perante a Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Especial de Instituições Financeiras, Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Registro Geral de Imóveis, INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A. e quaisquer Instituições Financeiras Públicas ou Privadas,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA 159436



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:23:17

<https://pje.tje.rj.gov.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610231784500000069244985>

Número do documento: 20110610231784500000069244985



quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, fundações e repartições paraestatais ou entidades de economia mista, podendo ter vista de processos, tomar ciência de decisões, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, requerer certidões, cadastros, inscrições, alvarás, alterações, retirar guias, receber citações, assinar correspondências, constituir prepostos, podendo, ainda, a procuradora **FERNANDA BLANCO ERBISTI** firmar acordos judiciais e extrajudiciais e, **EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ELEITO DA OUTORGANTE OU COM UM PROCURADOR**, assinar contratos, praticando, enfim, todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO PASSARÁ A VIGORAR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019 ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019**, e revoga quaisquer outros outorgados anteriormente para o mesmo fim. Certifico que foram apresentadas e arquivadas as Consultas de Óbito sob nºs 0710-SPU-00467113 e 0710-BAM00463161. Certifico que são devidas custas no valor de R\$ 244,75 (Tab. 07-2-b), R\$ 10,35 de arquivamento, R\$ 36,00 (comunicações ao Distribuidor-CENSEC), R\$ 58,22 (20% do FETJ), R\$ 14,55 (5% do FUNDEPERJ), R\$ 14,55 (5% do FUNPERJ), R\$ 11,64 (4% do FUNARPEN), R\$ 4,89 (2% do PMCMV Lei Estadual 6370/12), R\$ 15,32 (ISSQN), R\$ 38,62 de distribuição, que deverão ser recolhidas no prazo legal. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram que lhes lavrasse nestas Notas esta procuração, que lhes sendo lida em voz alta, aceitaram e assinam, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias. Eu, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, digitei, lavrei, li, e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas dos contratantes: **(ASS) OSMAR NAVARINI e LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM. TRASLADADA NA MESMA DATA. EU, _____, TABELIÃ SUBSTITUTA, A SUBSCREVO E ASSINO EM PÚBLICO E RASO.**

EM TESTO _____ DA VERDADE.



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECVT12250-PIP
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** aos advogados, Antônio Fernando Costa Porto Lima, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 48.216, Danielle de Azevedo Cardoso, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob nº 56.347, Edson Bomfim de Jesus dos Santos, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 46.040, Elisabete de Carvalho Santos, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 16.255, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 31.753, Érico Vinicius Varjão Alves Evangelista, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 20.586, Erika Oliveira Assis, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 52.139, Helena Maria de Oliveira Martins, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 24.381, Irismar Souza de Almeida, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 39.164, Ive de Azevedo Cédro, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 37.343, Italo Araújo Mota, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 47.885, Italo Israel Santana Guimarães, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 52.131, Jaqueline Conceição Mercês, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 21.210, Juliana Silva de Oliveira, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.130, Kamila Portinho Borges, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 30.831, Keila Pereira Batista Burgos, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.360, Laila de Almeida Magalhães, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 51.440, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 38.660, Lázaro Roberto Silva Júnior, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 35.547, Márcio de Souza Oliveira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA 37.395, Marcus Vinicius de Carvalho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 42.631, Márcio Braga Pinheiro, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 25.834, Paula Fernanda Machado Borba, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 21.269, Rafael de Jesus Gomes, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 47.946, Rômulo Galvão Vieira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 41.622, Thácio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, Tiago Freitas Áspera, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 28.388, Thamyres Carvalho Dantas da Silva, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 49.069, Umberto Lucas de Oliveira Filho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 30.603, Vanessa Miranda de Souza, brasileira, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 45.759, com reservas de iguais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, salvo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que não ficam substabelecidos, tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado em meu favor. Fica certo que, em caso de renúncia de poderes expressos nesta, fica eleito desde já a advogada Milena Gila Fontes OAB 25.510, para praticar todos os atos necessários à renúncia, assinando isoladamente e representando todos, os que figurem nesta ou que

M. Gila

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

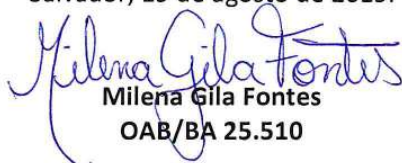
www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, que ainda poderão agir enquanto integrarem o Escritório QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA, considerando-se expressamente revogados, independentemente de qualquer notificação os poderes daquele que, por qualquer motivo, deixarem de integrar o referido escritório.

Salvador, 19 de agosto de 2019.


Milena Gila Fontes
OAB/BA 25.510

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ
CAVALCANTI
ADVOCATOS

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO**, os poderes a mim conferidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Travessa Belas Artes, 15, Centro, CEP 20.060-000, na pessoa do (a) advogado (a), **Thacio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, sem reservas de quais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, incluindo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que ficam substabelecidos,** tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado a meu favor.

Salvador, 17 de julho de 2020.

Danielle de Azevedo Cardoso
Daniele de Azevedo Cardoso
OAB/BA 56.347

Av. Tancredo Neves, 2539- Caminho das Árvore, Salvador- BA, CEP : 41820-021. Fone: 71. 3271.5310
www.queirozcalvacanti.adv.br

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:23:18

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610231798700000069244986>

Número do documento: 20110610231798700000069244986

Num. 70620771 - Pág. 1

Contestação



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE GARANHUS – PERNAMBUCO

Processo nº 0003276-30.2020.8.17.2640

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, Registro SUSEP 2101, com sede na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.060-000, por seus procuradores ao final assinados, estes com endereço para intimações na Rua da Hora, n.º 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52020-015, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação em epígrafe, movida por **EDSON DA SILVA**, parte já devidamente qualificada, apresentar **CONTESTAÇÃO**, de acordo com os fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

1. DOS MOTIVOS PARA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS

A seguir, de forma sucinta, as teses defensivas:

- a) **Preliminarmente:** da ilegitimidade passiva *ad causam* da Mongeral. A companhia demandada não participou dos trâmites administrativos para o pagamento do seguro obrigatório DPVAT à parte autora.
- b) **Da verdade dos fatos.** Ausência do requisitos da responsabilidade civil.
- c) **Por cautela: Inexiste prova da invalidez e da permanência de invalidez**



d) Subsidiariamente: da incidência da tabela de acidentes pessoais. Súmula 474 do STJ.

e) **Subsidiariamente:** aplicação da taxa SELIC.

f) **Da impossibilidade da inversão do ônus da prova.** Inexistência de relação de consumo.

Sendo assim, os pedidos autorais não devem prosperar.

2. REQUERIMENTOS INICIAIS DE INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Embora a parte contestante tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação **eletrônica** seja feita única e exclusivamente para a pessoa do advogado **Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971**, endereço eletrônico **thaciomoreira@qca.adv.br**, sob pena de nulidade nos termos dos art. 272, §5º c/c art. 280 do CPC¹.

Registre-se que as mencionadas intimações devem ter, ainda, seus teores publicados em **diário oficial**, conforme art. 205, §3º, do novo CPC², e art. 6º da Resolução nº 234 do CNJ, independentemente de o processo tramitar eletronicamente.

3. SÍNTESE DA EXORDIAL

O autor afirma que sofreu um acidente de trânsito em 11/03/2018, sendo constatado um traumatismo cranioencefálico.

¹ **Art. 272 (...)**

§ 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade.

Art. 280. As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

² **Art. 205.** Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.

§ 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.



Por tal razão, acionou o seguro DPVAT, no entanto, recebeu a negativa securitária, sob a justificativa de ausência de sequela.

Face ao exposto, distribuiu a presente ação requerendo pagamento da indenização do seguro obrigatório no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

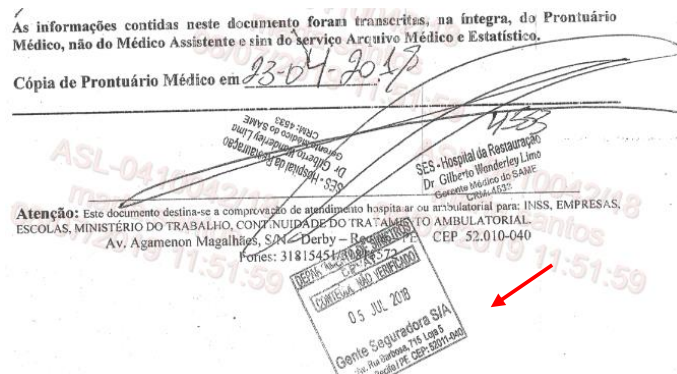
4. PRELIMINARMENTE

4.1. Da ilegitimidade *ad causam* da Mongeral Aegon

É patente que a causa de pedir do autor volta-se sobre o seguro obrigatório, o DPVAT.

O procedimento de regulação e liquidação do sinistro no bojo do seguro DPVAT exige que o cidadão realize o aviso de sinistro, dirigindo-se a um dos diversos pontos de atendimento autorizados para apresentar a documentação exigida no **art. 13, II da Resolução SUSEP nº 322/2015³, que trata especificamente do seguro DPVAT.**

In casu, o aviso do acidente de trânsito deu-se perante a companhia de seguros Gente Seguradora S/A, conforme documentos de ID's 63900475 e 63900479:



³ Art. 13. Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário/vítima deverá apresentar a seguinte documentação:

II - indenização por invalidez permanente:

- a) registro da ocorrência expedido pela autoridade policial competente;
- b) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da tabela constante do anexo da Lei nº 6.194, de 1974; e
- c) cópia da documentação de identificação da vítima;



Por outro lado, a fase de regulação do sinistro, consistente na análise do evento danoso e a consequente negativa, ocorreu junto a uma Cia pertencente ao consórcio da seguradora Líder, empresa responsável pela administração do DPVAT.

Não é à toa que no documento de ID 63900478, referente a negativa securitária, conste o nome de seguradora diversa:



Inexiste nos autos qualquer comprovação de que a ora contestante tenha participado do processo de regulação e negativa em debate. Nenhum dos documentos existentes no acervo probatório consta o nome da presente seguradora.

Do mesmo modo, não há qualquer contrato da Mongeral junto ao autor que justifique a inserção dela no polo passivo da demanda.

Indubitavelmente, a inclusão da companhia supracitada tratou-se de um equívoco jurídico da demandante.



Ainda, convém trazer à baila o entendimento jurisprudencial **no que tangencia a ilegitimidade da seguradora reguladora que não realiza o pagamento da indenização:**

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. ACOLHIDA PRELIMINAR CONTRARRECURSAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARTIGO 485, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A empresa Delphos Serviços Técnicos é parte ilegítima para integrar o pólo passivo da presente demanda, visto que se trata de mera reguladora de sinistros, sem responsabilidade pelo pagamento de indenizações. Diante dessas circunstâncias, impõe-se o acolhimento da prefacial contrarrecursal, fins de extinguir o feito, sem resolução de mérito, com base no artigo 485, inciso VI, do CPC. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, PELO RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. ANÁLISE DA APELAÇÃO PREJUDICADA.

(TJ-RS - AC: 70078278546 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 28/08/2019, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 05/09/2019)

Nobre Julgador, se a seguradora que recepciona o aviso de sinistro e realiza a análise do evento, mas não efetua o pagamento da indenização ou negativa do seguro obrigatório é parte ilegítima, obviamente, a companhia de seguros que não participa de nenhuma das fases dos trâmites para o recebimento do DPVAT, também não possui legitimidade passiva *ad causam*, sendo este o caso dos autos.

Ex positis, roga-se pela acolhimento da presente preliminar, devendo o feito ser extinto sem resolução do mérito em face da Mongeral, consoante art. 485, VI do CPC.

5. MÉRITO

5.1. Ausência dos requisitos de responsabilidade civil

Para a configuração da responsabilidade civil da ora demandada, bem como, para que surja a obrigação de indenizar em decorrência de ato ilícito, exige-se a conjugação de seus elementos necessários e suficientes: **um ato lesivo voluntário ou**



imputável do agente; a ocorrência de um **dano**; e o **nexo de causalidade** entre o dano e o comportamento do agente.

Na ausência de qualquer desses elementos, não subsiste o dever de indenizar.

Inicialmente, é importante lembrar que a Mongeral Aegon não participou do processo de regulação e/ou negativa do capital segurado buscado pelo requerente, sendo assim, sequer existe um dano causado pela ré em face do autor, ante a inexistência de provas em sentido contrário.

Da mesma forma inexistente comprovação de que houve ato ilícito cometido por esta seguradora ré, haja vista que, no caso concreto, **a contestante não possui qualquer ingerência da negativa ofertada.**

Na realidade, é clarividente a ilegitimidade da presente demandada para responder pelo pleito de complemento da indenização securitária.

Ante o exposto, pugna-se pela improcedência total dos pleitos autorais.

5.2. Por cautela. Inexiste prova da invalidez e da permanência de invalidez

Excelência, o art. 3º da lei 6.194/74 dispõe que a cobertura de invalidez só acontece quando esta for permanente, *in verbis*:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

No caso, não há provas nem da invalidez, e, mesmo que existisse, não há provas da permanência de tal invalidez alegada.

Nobre Julgador, o demandante não acostou aos autos um laudo médico sequer demonstrado que está DEFINITIVAMENTE inválido. Obviamente, o



lamentável acidente de trânsito sofrido não é suficiente para presumir uma incapacidade permanente.

A invalidez, para ser permanente, precisa estar enquadrada **precisa ser definitiva, constatada após alta médica ou esgotados os meios médicos de tratamento e terapia**, conforme §2º, art. 6º da Resolução SUSEP 332/2015⁴, que trata exclusivamente do seguro DPVAT.

Na esfera administrativa, a companhia responsável – e diversa da ré- verificou em perícia médica a inexistência de sequela permanente, ante o acidente ocorrido. Portanto, fora negado o pagamento do capital segurado pleiteado:

Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: EDSON DA SILVA

Nº Sinistro: 3180531154

Vítima: EDSON DA SILVA

Data do Acidente: 11/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador BRUNO DE ARAUJO SENA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número 3180531154), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 11/03/2018. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi negado.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone 0800 022 12 04 (ligação gratuita) ou 0800 022 12 06 que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Ora, o seguro obrigatório NÃO cobre invalidez temporária.

A jurisprudência rechaça pagamento de cobertura securitária para invalidez permanente, quando não há provas do seu caráter definitivo:

ACIDENTE DE TRÂNSITO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA. O DIREITO À INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PARCIAL

⁴ Art. 6º A seguradora líder do Consórcio DPVAT observará, nos pagamentos de que tratam os arts. 4º e 5º os valores máximos das importâncias seguradas (IS) na data da ocorrência do sinistro.

§ 2º Em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, o valor da indenização será apurado tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela anexa à Lei nº 6.194, de 1974, instituída pela Lei nº 11.945, de 2009.



OU TOTAL, MAS DE CARATER PERMANENTE. **LAUDO PERICIAL QUE CONCLUIU QUE, NO MOMENTO, APENAS HÁ INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. LESÕES NÃO CONSOLIDADAS. ENQUANTO NÃO SE TORNAR INCONTROVERSO O QUADRO DE INVALIDEZ PERMANENTE, NÃO SURGE O DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO.** SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR EXTINTA A AÇÃO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, VI, DO CPC. (TJ-SP - APL: 00671050820118260002 SP 0067105-08.2011.8.26.0002, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 09/03/2015, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/03/2018)

Diante da inexistência de invalidez, e, depois, da ausência de prova da permanência de invalidez, deve o pedido autoral ser julgado improcedente.

É o que se requer.

5.3. A prova pericial é essencial ao caso

Não se resolve este caso sem uma prova pericial bilateral, passada pelo crivo do contraditório.

Muitos são os **pontos controvertidos** nesta demanda: se há ou não invalidez; em havendo, se tal invalidez é permanente ou temporária; em sendo permanente, se seria parcial ou total (para efeito de aplicação da tabela de acidentes pessoais da lei 6.194/74); entre outros pontos.

Nenhum dos pontos controvertidos acima se resolve, com segurança e precisão, sem uma perícia médica por meio de *expert* nomeado por este magistrado.

Portanto, pugna-se pelo deferimento de prova pericial médica nos estritos termos procedimentais do CPC (art. 464 e seguintes), sob pena de cerceamento de defesa e nulidade.⁵

⁵ EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DECISÃO NA SENTENÇA - NÃO CABIMENTO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - **PROVA PERICIAL - AUSÊNCIA - PROVA IMPRESCINDÍVEL À JUSTA E SEGURA COMPOSIÇÃO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA - NULIDADE DA SENTENÇA** - O pedido de inversão do ônus da prova, feito na contestação, deveria ter sido examinado no curso da ação, antes da instrução, e não sentença, já que a produção da prova dependeria da decisão a respeito desse pedido - **O julgador é o destinatário da prova, devendo ele determinar a produção de provas indispensáveis à formação do seu convencimento - É nula a sentença que julga causa para cujo seguro deslinde mostra-se indispensável a produção de prova pericial, que não foi realizada.**



6. SUBSIDIARIAMENTE

6.1. Aplicação da tabela de acidentes pessoais. Súmula 474 do STJ

O capital segurado máximo para o caso de invalidez, de fato, é de até R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais), consoante art. 3, II da legislação em comento⁶.

Contudo, salienta-se que o art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/74⁷ dispõe que a cobertura de invalidez permanente do seguro obrigatório será feita de acordo com a análise da perda anatômica ou funcional sendo diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela de acidentes pessoais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura.

Em outras palavras: caso as funções do membro ou órgão lesado não fiquem abolidas por completo, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado. Na falta de indicação da percentagem de redução e, sendo informado apenas o grau dessa redução (máximo, médio ou mínimo), **a indenização será calculada, respectivamente, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%.**

Por exemplo: na tabela, a perda total da visão de um olho tem o percentual de 70%. Contudo, suponhamos que a pessoa não perdeu toda a visão, mas apenas 50%

(TJ-MG - AC: 10000180969479001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 27/11/0018, Data de Publicação: 03/12/2018).

⁶ Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

⁷ Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;



de tal função, então o percentual a ser aplicado para efeito de indenização securitária é de 50% sobre os 70% da tabela, gerando 35%.

Outrossim, a matéria já é orientada pela súmula 474 do STJ:

Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Pois bem, os relatórios médicos acostados aos autos pelo autor não revelam a existência de invalidez, muito menos o grau da invalidez e/ou a perda funcional do membro lesionado (crânio).

Em contrapartida, o grau de invalidez é apurado de acordo com a perda funcional do membro afetado (neste caso, o crânio) sobre o percentual do mesmo membro previsto na tabela da Lei 6.194/74, chegando, assim, ao valor do capital segurado (que corresponde a porcentagem do grau de invalidez).

Portanto, roga-se para que o valor máximo da indenização prevista em lei esteja em consonância o grau da invalidez apurada.

6.2. Aplicação da taxa SELIC

Acaso haja condenação, no que sinceramente não se acredita, que este MM. Juízo ao menos fixe a taxa SELIC como único e suficiente critério para atualização do título judicial, vedada a acumulação com correção monetária, pois já inclusa na referida taxa.

É comum nos depararmos com sentenças condenatórias determinando que a parte vencida efetue o pagamento de condenação líquida, devidamente corrigida, acrescida de juros legais (geralmente, de 1% a.m).

Este errôneo entendimento é frequentemente pautado numa interpretação **equivocada** do *caput* do artigo 406 do CC, combinado com o §1º do artigo 161 do CTN.

O atual Código Civil não fixa os juros de mora em um por cento (1%), conforme se nota do seu art. 406. Ao contrário do Código Civil de 1916, que fixava



os juros de mora em 6% (seis por cento) ao ano, o atual Código Civil apenas determina que, acaso as partes não tenham pactuado uma taxa de juros aplicável, deverá ser fixada a taxa que estiver em vigor para o pagamento de impostos da Fazenda Nacional.⁸

Ao contrário, o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, com fundamento nos **artigos 13 da lei 9.065/95 e 39, §4º, da lei 9.250/95**, já pacificou o entendimento de que a taxa SELIC é, atualmente, a taxa de juros aplicável.

Recentemente, em **outubro/2020**, o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** ratificou, confirmou, sua orientação, entendendo ser a SELIC a taxa a qual o art. 406 do CC/2002 faz referência, veja-se:

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONVERTIDA EM PERDAS E DANOS. JUROS DE MORA. **ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC. TEMAS 99 E 112/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PREJUDICIALIDADE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO.***

- 1. **Controvérsia acerca da taxa de juros moratórios incidentes** sobre valor correspondente à conversão em perdas e danos de obrigação de fazer de origem contratual.*
- 2. Nos termos do art. 406 do Código Civil: "quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional".*
- 3. Nos termos dos Temas 99 e 112/STJ, a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, vedada a acumulação com correção monetária.*
- 4. Reforma do acórdão recorrido para substituir a taxa de 1% ao ano pela taxa SELIC, vedada a cumulação com correção monetária.*
- 5. Prejudicialidade da alegação de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista a aplicação do princípio da primazia do julgamento de mérito no presente julgamento.*
- 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

⁸ Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



(REsp 1846819/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 15/10/2020)

Na verdade, O STJ, **desde 2013**, no julgamento do **EDcl no REsp 1025298/RS**, já se posicionava no sentido de que a “**taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002, segundo precedente da Corte Especial, é a SELIC, não sendo possível cumulá-la com correção monetária, porquanto já embutida em sua formação**”:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. BRASIL TELECOM. CONVERSÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E DANOS. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. SELIC. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. NOVA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA CONVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. 1. (...) 3. **A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002, segundo precedente da Corte Especial (REsp 727842/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/09/2008), é a SELIC, não sendo possível cumulá-la com correção monetária, porquanto já embutida em sua formação.** 4. **Embargos de declaração parcialmente acolhidos para determinar a atualização do valor exclusivamente pela SELIC (desde a citação até efetivo pagamento) e afastar a incidência de nova correção monetária a partir da conversão da obrigação em indenização.** (EDcl no REsp 1025298 / RS, Relator p/ Acórdão: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/11/2012, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 01/02/2013)

Inclusive, tal posicionamento já havia sido firmado nos **temas 99/STJ e 102/STJ**, em sede de procedimento repetitivo, veja-se:

Tema 99/STJ - Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, que não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária.

Tema 112/STJ - A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.



Na interpretação correta do art. 406 do Código Civil, **o credor não pode obter nem mais, nem menos, do que a reparação do dano e de seus consectários legais (como os juros)**, sob pena de enriquecimento sem causa (art. 884 do CC/02).

Assim, na remota hipótese de condenação, **deverá este MM. Juízo se curvar ao entendimento do STJ** para determinar a atuação dos valores fixados em sentença apenas e tão-somente pela SELIC, vedada a acumulação com correção monetária (já inclusa na SELIC).

7. POR CAUTELA: NÃO INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não cabe a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, ante a inexistência de relação de consumo entre a vítima de acidente de trânsito e a seguradora que realiza o pagamento do DPVAT, inobstante a ilegitimidade da Mongeral.

O afirmação acima é corroborada pela jurisprudência pátria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 1. A Lei nº 6.194/1974 instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, de índole essencialmente social, conhecido como Seguro DPVAT, compreendendo indenizações por morte, invalidez permanente total ou parcial e despesas com assistência médica e suplementar, com uma cobertura objetiva a pessoas expostas a riscos de danos pessoais causados por veículos automotores ou pela sua carga. 2. Constata-se, portanto, a existência de regulamentação própria a reger este seguro, bem como o caráter impositivo e público do mesmo, o que afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova com base no Código de Defesa do Consumidor, pois não se trata de relação de consumo. 3. Nessa linha, é ônus da parte autora a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito, consoante o disposto no artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70080847536, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 29/05/2019).



(TJ-RS - AI: 70080847536 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 29/05/2019, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/06/2019)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - HONORÁRIOS PERICIAIS - DESCABIMENTO. 1. As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam na relação entre a vítima do acidente de trânsito e a seguradora demandada para o pagamento do seguro DPVAT. 2. É de se afastar a inversão do ônus da prova deferida com a finalidade de que a seguradora recolha os honorários periciais.

(TJ-MG - AI: 10000180364903001 MG, Relator: José Américo Martins da Costa, Data de Julgamento: 08/11/2018, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/11/2018)

É evidente que o ônus probatório é da parte promovente, nos termos do art. 373, I do novo CPC.

Do exposto, deve ser indeferido o pedido de inversão do ônus da prova, e, acaso já tenha sido deferido, deverá este MM. Juízo revogá-lo.

8. DOS PEDIDOS FINAIS

Em função de todo o exposto, requer a Cia. que este MM. Juízo se digne de:

a) Acolher a preliminar de ilegitimidade da Mongeral suscitada.

b) Indeferir o requerimento de inversão do ônus da prova, ou revogá-lo acaso já tenha sido deferido.

c) Acaso assim não entenda, o que se considera apenas por festejo processual, pugna-se pelo julgamento improcedente de todos os pedidos formulados na exordial.

d) Acaso assim ainda não entenda, no que sinceramente não se acredita, que ao menos este MM. Juízo esteja atento a todos os argumentos subsidiários lançados acima.



e) *Condenação da parte demandante nos ônus sucumbenciais.*

f) *Determinar que todas as intimações sejam realizadas em nome do advogado*
Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971, *sob pena de nulidade processual.*

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Declaram, ainda, os patronos da Cia., a autenticidade de todos os documentos
colacionados a estes autos, ex vi do art. 425, IV do CPC.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Garanhus/PE, 05 de novembro de 2020.

Thacio Fortunato Moreira
OAB/BA 31.971



CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

[illegible]

'd: 2169889

CNPU Nº 09.623.959/0001-65

BALAN OS PATRIMONIAIS EM		E 2017	Em MRS	DEMONSTRA OES DO RESULTADO EM		E	Em MRS		
ATIVO			11574						
Circulante			1877						
			3622						
			29.549						
Cantas a receber			258						
Empréstimos a receber			(254)						
Despesas antecipadas			15.073						
Estoque			(1.046)						
Não circulante			293						
			104.148						
Imobilizado			102668						
Total do ativo			2018						
PASSIVO			2017						
Circulante			7.394						
			1740						
Contas a pagar			1.453						
Imostos e contribuições a recolher			398						
Dividendos a pagar			3.474						
Outras contas a pagar			3440						
Patrimônio líquido			93.903						
Capital soca			18819						
Reservas de lucros			18824						
Ajuste de avaliação patrimonial			59260						
Total do passivo do patrimônio líquido			102.668						
			379.68						
carlos Gustavo Nogari Andrioli Diretor - CPF			071.000.7						
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor - CPF			380.91.119U						
Érica Moraes da costa Lisboa Ferreira - Contadora -			ISP.						
Hamilton Ferreira da Silva - Contoller - CRC			117225-c						

Id. 2169799

CNE 07,567.S55/QQ01-03

[illegible]

Id: 2169816

CNPJ 23.538.959/0001-80

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2018 E 2017 (Em R\$)		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2018 E 2017 (Em R\$)		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	2018 2017	2018 2017	2018 2017	2018 2017	2018 2017
Circulante — TILO — 7214	21.101.21.257	Reserva de Caixa e equivalentes de Custo	1415		
Contas a receber	5.899	6349			
Despesas antecipadas	79	247	Lucro bruto	16.725	13.680
Cstouqas 233 163 Despesas operacionais		Empréstimos a receber 2.511	Gerais e administrativas (1820) (1.424)	— sngial Capital Legal	— mentar comple* — lados acumu* — líquido
In-postos a recuperar	21				
Outras contas a receber	31	12	Outras receitas (despesas) operacionais	(248) (273)	Saldos em 31/12/2016
Não circulante			Lucro operacional antes ao resultado financeiro		Dividendos Declarados
Imobilizado	40.912	40286	Resultado financeiro	— 113 — 25	Redução de capital
Total do ativo			Receitas financeiras		Lucro do exercício
	— 29-12		Despesas financeiras		de reserva
Circulante	7.489	— 65g5	Despesas		
Contas a pagar	3.333	309/	Lucro antes do IR e da contribuição social		Di. idendos minmos obrigatórios
Impostos e contrib a recolher	02 335	Imposto de renda e contribuicao social			Reserva de dividendos complementares
Dividendos a pagar	3.609	2399	Corrente	(342) _X634	Saldos em 34/42/2017
Outros Contas a pagar			Lucro líquido do exercício	14434 11 364	Legal
Inte	— 113h				
					Dividendos declarados



Número do documento: 201109234633773000000069374421

Outras contas a pagar	1.130	canos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68	(8.007)	(8.007)
Patrimônio líquido	-42.497 -391.739	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - CPE: 071.000.747-70	Lucro do exercício	- 14.434 14.434
Capital social	31.672 31.064		Detidendo(m) m/mos obrgatdrios	(3.609) (3.609)
Reterv-ovs chueos	10825 8.705	Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-C	Resoma de dividendo(m)s complementares	-LIDE)
Total do passivo e patrimônio líquido		Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contachr - CRC: RO-119036-0	saldos em 31/12/2018	

Id: 2169787

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ nº 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 3330027332-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MON-

GERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2019, lavrada em forma de sumário nos termos do SPº do art. 130, da Lei n. º 6.404, de 15 de

ta e Helder Molina; e os seguintes membros compareceram à reunião através de chamada de longa distância: Dennis Patrick Gallagher, Kent Gerard Callahan e Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior, estes três nesse ato representados por Sua procuradora. Foram cumpridas as formalidades de convocação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme determina o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Composição da mesa:** Sr. Nilton Molina, Presidente. Escolhido o Sr. Helder Molina para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do dia** Deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) Eleger 0 novo Diretor Financeiro; (ii) Ratificar a composição da Diretoria; e (iii) Redistribuir e Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

dezembro de 1976. 1. **Data, hora e local:** Em 02 de janeiro de 2019, às 9h, na sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), na Travessa Belas Artes, no 15, Centro, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20.060-000. 2. **Convocação e Presença:** Compareceram pessoalmente à reunião os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Nilton Molina, Fernando Rodrigues Mo-

CNPJ/MF 33.478.496/0001-62 - NIRE 33300054740 Ata da AGE: Data: 01/11/2003, às 14:30hs. os acionistas em sua totalidade, com a presidência de Jacob Barata e secretariada por Antonio Padua Arantes. Deliberam e aprovam por unanimidade a redução do capital social da Cia. Nos termos do art. 173 da Lei 6404/76, por ser excessivo, no valor de R\$ 2.365.719,10, passando-o de R\$ 7.866.807,10, para R\$ 5.501.088,00, mantendo-se a mesma quantidade de ações e alterando o art. 3º do Estatuto. ASS) Jacob Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira

5. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, com a Barata. abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (i). Eleger, ad AGÊNCIA DE referendun da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), 0 novo Diretor Financeiro para compor a Diretoria da Companhia com FOMENTO mandato até 05/05/2021 e remuneração nos termos definidos na DO RCA 04.05.2018: Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, ESTADO economista, portador da carteira de identidade no 097520373. DO RIO DE expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF nº 028.211.147- JANEIRO 61, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, S.A. na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CNPJ/MF CEP: 22790-150, Após ter sido declarado pelos atuais membros da Diretoria da Com-

05.940.203/0001-81

JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 16, caput, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 16, inciso II, do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladalich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), e Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Presidente Interina da AGÊNCIA, bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT). Presidente da Mesa: Julio Cesar Carmo Bueno, Secretária da Mesa: Carla Christina Fernandes Pinheiro. 1 Iniciando os trabalhos, o Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: 1.1 REVOGAÇÃO DA ELEIÇÃO DA DIRETORA TATIANE ALLEM: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente 0 art. 16, caput, do Estatuto Social, a revogação da eleição, a par tir da presente data, para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA, da Sra. Tatiane Allem, eleta por este Conselho de Administração na reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2019. Em seguida, em decorrência do exposto, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente a revogação da eleição, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO Q: Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, caput, do Estatuto Social, o Conselho de Administração revoga a eleição da Sra. TATIANE ALLEM para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA. 1.2 Por fim, tendo em vista que a posse e o exercício do cargo da citada diretora se encontram atualmente em fase de análise de homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto no S 3º do art. 10 do Estatuto Social, o Conselho de Administração determinou que a AGÊNCIA adote as providências cabíveis junto à Autarquia Federal a fim de comunicar a revogação da eleição ora deliberada. Nada mais havendo a

docu mento Imprensa assinado

Rio de Janeiro

digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso

panhia, que cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147, da Lei nº 6.404/76, e do Estatuto Social, para a sua investidura como Diretor da Companhia, bem como preenche todas as condições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP ("Resolução CNSP") nº 330/15, OS Conselheiros deliberaram, por unanimidade, a eleição do novo membro da Diretoria. O eleito toma posse no seu cargo nesta data, dia 02.01.2019, conforme termo de posse anexo. (ii) Ratificar a composição da Diretoria: ezeisidzle: Sr. Helder Molina, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 8.118.414-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob 0 nº 053.638.568-83, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Carlos Góes, nº. 55, apto 701, Leblon, CEP 22.440-040; Sr. Luiz Cláudio do Amaral Friedheim, brasileiro, casado, securitário, titular da carteira de identidade nº 03.851.089-7, expedida pelo IFPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 822.674.307-97, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Itu, nº. 10, Humaitá, CEP 22260-120; Cia]. Sr. Osmar Navarini, brasileiro, casado, advogado, titular da carteira de identidade na 14499, expedida pela OAB/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 301842.820-04 e residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Fernando Nogueira de Sousa nº. 137, apto. 301, Barra da Tijuca, CEP 22620-380; nr-nr Mark-ting: Sr. Nuno Pedro Correia David, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 50786786-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 227.616.528-60 e residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, no. 716, apto. 183, Pinheiros, CEP 05417-001; DiEnt.Eimam: Sr. Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 097520373, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF nº 028211.147-61, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22790-150; e ca-n Sr. José Carlos Gomes Mota, brasileiro, viúvo, advogado, portador da carteira de identidade no 8.118.413-3, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua garão do Triunfo, no. 1415, apto. 31, campo Belo, CEP 04602005. (iii). Redistribuir e Ratificar a designação dos diretores responsáveis por área perante a Superintendência de Seguros privados ("SUSEP"), conforme relacionado a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: a) Helder Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; b) Raphael de Almeida Barreto Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Raphael de Almeida Barreto - Diretor responsável administrativo-financeiro; d) Nuno Pedro Correia David - Diretor responsável técnico (Circular Susep 234 e Resolução CNSP 321); e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143; f) Osmar Navarini - Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: g) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares Susep 234 e 445); h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. 6. D udas: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação deste Conselho, referidos nesta ata. 7. Enceramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro (RJ), 02 de janeiro de 2019. Mesa: Nilton Molina Presidente; Helder Molina - Secretário. Membros do Conselho: Nilton Molina; Fernando Rodrigues Mota; Helder Molina; Dennis Patrick Gallagher - p.p. Anna Tavares de Mello; Kent Gerard Callahan - p.p. Anna Tavares de Mello; Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior - p.p. Carla Fernandes de Mello Clemente. Jucerja Certifico 0 arquivamento em 20/03/2019 sob 0 nº 00003551128. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário-Geral_

Id: 2169788

Ittig Comércio e Serviços de Automóveis S.A.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:46:33

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923463377300000069374421

Número do documento: 20110923463377300000069374421

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tratar, o Presidente em exercício do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 08. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 15/03/2019 sob o nº 00003546569.

Carla Christina Fernandes Pinheiro

Secretária

UF: 2169726

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT) e a Sra Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGERIO. O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, S6º do Estatuto Social, a indicação dos nomes do Sr. Gilson da Silva Santos e da Sra. Tatiane Alem para compor a Diretoria Executiva da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise dos currículos dos indicados e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme ata da 2ª reunião realizada em 11 de janeiro de 2019, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente elegê-los, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foram eleitos, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. GILSON DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de maio de 1962, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 02672771516, expedida em 01 de fevereiro de 2018, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.570.107-87, residente e domiciliado na Rua Hilario de Gouveia, nº 126, apt. 302, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.040-020 e a Sra. TATIANE ALLEM, brasileira, divorciada, nascida em 13 de abril de 1980, advogada e gestora pública, portadora da carteira de identidade nº 2038991341, expedida pela SSP/RS em 21 de dezembro de 2016, inscrita no CPF/MF sob o nº 811.486.820-15, residente e domiciliada na Estrada da Barra da Tijuca, no 315, Bloco 1, apt. 105, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.611-201. Os eleitos declaram que não estão incorridos em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não estão impedidos de ocupar cargos na administração da Agência e que atendem aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o artigo 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo dos Diretores ora eleitos ficam condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 02 e 03. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 19/03/2019 sob o nº 00003550087.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2019.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro Secretária

UF: 2169725

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro do ano de 2018, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR) e a Sra. Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna e a Sra. Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da pre-

ANO XLV - Nº 055 - PARTE V 65 SEXTA-FEIRA - 22 DE MARÇO DE 2019

sidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: 1.1) RENÚNCIA DA SRA HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO, TITULAR DA AGERIO. O sr. presidente em exercício do Conselho comunicou aos demais membros do colegiado sobre a apresentação de renúncia formal da Presidente da Agência, Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, por meio dos Ofícios PR/AgeRio 48/2018 e 49/2018, encaminhados ao Presidente em exercício do Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2018, ao cargo de Presidente da Agência e membro do Conselho de Administração, a partir de 16 de janeiro de 2019, por motivos estritamente pessoais. A Diretora Dara de Souza e Silva é indicada ao cargo de Presidente, cumulativamente com o de Diretora de Operações (DIOPE), considerando inclusive que a mesma já foi aprovada por este Conselho como substituta eventual da Presidente na Reunião Ordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2018. O Conselho de Administração acatou a renúncia da Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, exaltando a excelência de sua gestão, a capacidade de liderança e inovação, o comprometimento com resultados e o foco no cliente, elevando o patamar da administração da Agência dentro de um modelo de governança alinhado às boas práticas do mercado, agradecendo-o por participar do Colegiado sempre de forma ativa e transparente. Prosseguindo, o Conselho de Administração aprovou a indicação da Sra. Dara de Souza e Silva para o cargo de Presidente em exercício da Agência, a partir de 16 de janeiro de 2019, cumulativamente com o de Diretora de Operações, até a homologação do Sr. Alexandre Rodrigues Pereira pelo Banco Central do Brasil. 1.2) ELEIÇÃO DE NOVO TITULAR DA AGERIO: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, Sif do Estatuto Social, a indicação do nome do Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA para Presidência da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise do currículo do indicado e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme Ata da 1ª reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser rinitente elegê-lo, na forma da deliberação que segue. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foi eleito, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de agosto de 1973, ad ministrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 23.409.876-4 - SSP/SP, expedida em 07 de julho de 2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.646.578-09, residente e domiciliado na Rua General Fernando Vasconcellos Cavalcanti de Albuquerque, nº 775 - casa 17, bairro Granja Vianna, no município de Cotia, em São Paulo, CEP 06711-020, para exercer o cargo de Presidente da AgeRio. O eleito declara que não está incorso em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não está impedido de ocupar cargos na administração da Agência e que atende aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo de presidente ora eleito ficam condicionado à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 7, fls. 98 e 99. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 27/02/2018 sob o nº 00003533832.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2018.

TITO BRUNO BANDEIRA RYFF

Secretário

UF: 2169724

Associações, Sociedades e Firms

Avisos, Editais e Termos

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.00163344

Edital de Convocação, Convidamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 12/04/2019, às 08 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em AGO: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2018; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2018; (c) Retenção de lucros; e (d) Eleição dos Administradores; (ii) Em AGE: (a) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2019; (b) Contratação de Prestação de Serviços; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes à Ordem do dia. Campos dos Goytacazes, 19/03/2019. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

UF: 2169236

ATP - AROUND THE PIER

ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 05.510.716/0001-52 - NIRE Nº 33.2.070886-9 CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 02 de maio de 2018, recebeu a carta de renúncia do Sr. Francisco Pierrini, ao cargo de Diretor sem de signação específica da Sociedade, com registro perante a JUCERJA nº 00003546662 em 15/03/2019. Bernardo Feijó Sampaio Benwanger Secretário Geral.

UF: 2169778

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ

CNPJ: 28.521.870/0001-25

CONCESSÃO DE LICENÇA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ torna Público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN045014, com validade até 07 de dezembro de 2018, que a autoriza para implementação de quatro Mirantes da RJ163 e melhorias físicas de trafegabilidade com execução de serviço de preparação de sbleito, aplicação de camada de escória e instalação de dispositivos de sinalização sem aplicação de camada asfáltica na RJ-151 trecho entre



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:46:33

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923463377300000069374421

Número do documento: 20110923463377300000069374421

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 22 de Março de 2019 às 0300.



[illegible]

social, para as suas investidas como membros do Conselho de Administração, bem como preenchendo todas as condições previstas, na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 12/2005, de 09 de novembro de 2005, que aprovou o Regulamento do ramo de Seguro de Vida, no âmbito do qual se aprovou o presente Estatuto Social, no termo de posse lavrado por termo havido perante o notário público da Companhia, para esse fim, de acordo com o Estatuto Social da Companhia. (v) Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas percentuais, de acordo com a repartição a seguir: Funções de execução ou operacionais: Helmut Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; e Helder Molina - Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Nuno Pedro Correia Duarte - Diretor responsável pelo acompanhamento e supervisão da solução CNSP 3212/015; d) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável administrativo - financeiro; e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das Obrigações legais e regulamentares da Companhia; f) Nuno Pedro Correia Duarte - contratação de correspondentes de microseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: g) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do Regulamento SUSEP nº 321/2015; h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. (vii) O Conselho de Administração da Companhia, no âmbito das suas atribuições, tem o fim de estabelecer que o comitê de auditoria, atuando como assessor do Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de risco, observados os normativos regulamentares vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo que será incluída a alínea "k" no parágrafo oitavo, do artigo 31, do capítulo VI, do Estatuto Social, que passará a vigorar com a redação seguinte: "Artigo 31 - Comitê de Auditoria - Artigo 31 A Companhia terá um Comitê de Auditoria, nos termos dos normativos regulamentares vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo que será incluída a alínea "k" no parágrafo oitavo, do artigo 31, do capítulo VI, do Estatuto Social, que passará a vigorar com a redação seguinte: (i) Apresentar ao Conselho de Administração, para a aprovação, a alteração do Regulamento Interno da Companhia, aprovado pelos acionistas, conforme estabelecido no inciso I do artigo 134 da Resolução SUSEP nº 321, de 15 de julho de 2015. VII. Administradores. - Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no presente Estatuto Social, e os seus representantes legais, devidamente arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta e X. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia, que lista e aprovada é assinada por todos os presentes. XI. Assinaturas: Presidente da Mesa: Nilton Molina; Secretário da Mesa: Raphael Barreto. Acionistas presentes: Augustus Holding SA, representante da Companhia, inscrita no CNPJ nº 09.334.007/0001-14, inscrita no B.V., representada, neste ato, pela procuradora Anna Tavares de Mello, representando, Declaramos, para os devidos fins, que o presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas as assinaturas dos presentes. Declaramos, para os devidos fins, (RJ), 29 de março de 2018. Mesa: Nilton Molina - Presidente da Mesa e Acionista; Raphael Barreto - Secretário da Mesa. Acionistas: Augustus Holding SA. CNPJ 09.334.007/0001-14 - Nilton Molina - Diretor responsável pela administração da Companhia, inscrita no CNPJ nº 09.334.007/0001-14, inscrita no B.V., representada, neste ato, pela procuradora Anna Tavares de Mello - Procuradora. Anexo I à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. realizada em 29 de março de 2018. Assembleia Social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. inscrita no CNPJ nº 09.334.007/0001-14. DIRET 3330027/2015 - Capítulo I - Denominação, sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Companhia é denominada Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. e é regida por este Estatuto Social e pelas legislações brasileiras aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a Travessa das Artes, nº 15, CEP 20600-000. Mediante deliberação da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do mundo, observadas as disposições legais. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a administração dos grupos de seguro do ramo vida e em previdência complementar aberta, podendo ainda participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades, de acordo com a legislação brasileira aplicável. Parágrafo Único - A Companhia poderá, para o exercício de suas atividades, obter, conceder empréstimos financeiros a seus segurados, estabelecendo acordos ou convênios com instituições de direito público ou privado com essa finalidade, e para receber diretamente dos tomadores de seguro, em nome da Companhia, as prestações de indenvidade, de recursos de sua carteira própria de investimentos ou atuará na condução de correspondente bancário de instituições financeiras, obedecidos os ditames da legislação e regulamentação aplicáveis. Artigo 4º - A Companhia poderá emitir e negociar valores mobiliários. II - Capital e Ações - Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$130.938.713,72 reais (cento e trinta milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e treze reais e setenta e sete centavos). Artigo 6º - O capital social da Companhia é dividido em ações, ordinárias e nominativas e seis mil, trezentas e cinquenta e quatro ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. A ação é indivisível em relação à Companhia. A cada ação corresponde um voto. Artigo 7º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 8º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 9º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 10º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 11º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 12º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 13º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 14º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 15º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 16º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 17º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 18º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 19º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 20º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 21º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 22º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 23º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 24º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 25º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 26º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 27º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 28º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 29º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 30º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 31º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 32º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 33º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 34º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 35º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 36º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 37º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 38º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 39º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 40º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 41º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 42º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 43º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 44º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 45º - A Companhia é constituída por uma única classe de ações, ordinárias e nominativas, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivados na sede da Companhia aplicáveis, os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações da Companhia. Artigo 46º - A Companhia é constituída por

este fim, da qual deverão constar as inscrições de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia. Parágrafo Terceiro. Em caso de vacância de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para a eleição do conselheiro no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Quarto. O Conselho Geral poderá deliberar pelo aumento do número de conselheiros que compõem o Conselho de Administração. Artigo 9º - O Conselho de Administração reunirá-se sempre que necessário, mediante convocação, por escrito, por qualquer meio de representação de *fax*, *telex*, *telecópia*, *courier*, *correio* ou qualquer meio eletrônico, ao endereço fornecido, por escrito, por cada membro do Conselho quando da assinatura de seu respectivo termo de posse. A notificação deverá especificar o local de qualquer relatório, propostas ou qualquer outra informação relevante às matérias em questão serão entregues a todos os membros do Conselho, pelo menos, 5 (cinco) dias antes da respectiva reunião. Artigo 10º - Os membros do Conselho de Administração serão nomeados e destituídos mediante a presença da maioria de seus membros. Artigo 11 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Conselho presentes, cabendo a maioria absoluta para a aprovação de matérias de importância mencionadas no Artigo 15 (A) a (Q), cuja aprovação deverá ocorrer em qualquer caso, as disposições pertinentes contidas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 13 - Das reuniões do Conselho de Administração, haverá um resumo, em português, no livro próprio. De cada ata será produzida uma versão em inglês, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. A lavratura das atas observará adicionalmente, no que se refere ao conteúdo, as disposições contidas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Sempre que for necessário ou conveniente, as atas também serão registradas na Junta Comercial competente e publicadas conforme disposto na Lei das Sociedades Anônimas. Artigo 14 - Os relatórios do Conselho de Administração serão submetidos ao Conselho de Administração para aprovação, ou referência, ou qualquer outra tecnologia por meio da qual os Conselheiros presentes possam ouvir e serem ouvidos em inglês, devendo ainda, sempre com tradução simultânea em inglês. Nessas casos, respectivamente, a decisão será por maioria ou por unanimidade, assegurando a autenticidade da transmissão ao Conselheiro que fez parte da reunião através de telefone, videoconferência ou outra tecnologia, confirmada por um Conselheiro, assinada e rettransmitida a todos os membros do Conselho de Administração. Artigo 15 - Os relatórios dos negócios da Companhia e demais atribuições legais, compete ao Conselho de Administração, especialmente: (A) Aprovar a celebração de alianças estratégicas, com exceção das expressamente autorizadas anteriormente; (B) Emitir recomendações de compra e venda de ações, a emissão de títulos de dívida nos mercados públicos e privados; (C) Autorizar a venda de todos, ou de parcela substancial, dos ativos da Companhia; (D) Aprovar e aditar o Plano Operacional e Orçamento Anual e aprovar o plano de investimentos, incluindo o plano de investimentos de marketing, projetos de despesa operacional, planejamento de despesa de capital, planos de compensação e de bônus, custos de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e desenvolvimento de tecnologia; (E) Emitir recomendações de aquisições (se já existentes), políticas de investimento e desenvolvimento de administração, sendo certo, contudo, que o Diretor-Presidentente poderá autorizar variações ao Plano Operacional e Orçamento Anual, desde que não excedam 10% (dez por cento) do total de recursos disponíveis; (F) Aprovar 10% (dez por cento) do Plano Operacional e Orçamento Anual. Para tanto, o Diretor-Presidente irá fornecer ao Conselho de Administração, trimestralmente, a descrição dos desvios do Plano Operacional e Orçamento Anual, incluindo: (G) Designar e substituir os membros do Conselho; (H) Aprovar as alterações do plano ordinário dos negócios; (I) Aprovar a adoção, pela Companhia, de Regimento Interno ou qualquer aditamento a tal regimento; (J) Aprovar o investimento ou desinvestimento em capital específico (se certo no caso de investimento ou desinvestimento em títulos de dívida, no caso de empréstimo ou aplicação de recursos em políticas de investimento aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme o item (D) acima) ou desinvestimento, considerado individualmente ou em acúmulos de operações agregadas, dentro dos limites estabelecidos no plano ordinário dos negócios; (K) Aprovar 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (L) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, a emissão de ações de capitalização de até 10% (dez por cento) do total de recursos disponíveis entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas, afiliados ou partes relacionadas, independentemente de seus valores; (M) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, a emissão de ações de capitalização de até 10% (dez por cento) do total de recursos disponíveis para terceiros, garantindo exclusividade por mais de um ano, em valor superior equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (N) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, a emissão de ações de capitalização de até 10% (dez por cento) do total de recursos disponíveis para terceiros, garantindo exclusividade por mais de um ano, em valor superior equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (O) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, a emissão de ações de capitalização de até 10% (dez por cento) do total de recursos disponíveis para terceiros, garantindo exclusividade por mais de um ano, em valor superior equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (P) Aprovar o ajustamento, defesa ou acordo de quaisquer processos, arbitragem ou outros procedimentos, que possam envolver quantias iguais ou superiores ao equivalente em Reais a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte americanos), incluindo os processos relevantes na qual a Companhia esteja envolvida; e (Q) Aprovar reduções ou aumentos do capital social, o resgate de ações, a compra ou qualquer outra aquisição pela Companhia. Seção II - Diretores. Artigo 16 - A Companhia terá um Conselho de Administração, composto de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidentente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidentente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 17 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 18 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 19 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 20 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 21 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 22 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 23 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 24 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 25 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 26 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 27 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 28 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 29 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 30 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 31 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 32 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, todos os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente convocará a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração convocará reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 33 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de acordo com o plano ordinário dos negócios, observando as disposições estatutárias e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 34 - A Companhia terá uma Diretoria, composta de (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 21 de Junho de 2018 às 22:54:23 -0300.

Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:46:33

<https://pje.trf4.jus.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923463377300000069374421>

Número do documento: 20110923463377300000069374421

Num. 70755047 - Pág. 5

selho de Administração que os eleger, além daquelas previstas por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável. Artigo 19 - A Diretoria se reunirá sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores. Artigo 20 - As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pelo voto da maioria dos presentes. Artigo 21 - As Resoluções de Diretoria aplicam-se, *mutatis mutandis*, às disposições dos Artigos 10, 11, 13 e 14 acima. Artigo 22 - A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas: (a) do Diretor-Presidente e de 1 (um) Diretor; ou, (b) de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou, (c) do Diretor-Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou ainda; (d) dos procuradores constituídos por mandato assinado por dois Diretores. Parágrafo Único. Todos os membros da Diretoria terão poderes para outorgar procurações, independentemente de atribuição específica pelo Conselho de Administração para este fim, observado o disposto neste Artigo. A outorga de procurações pela Companhia será informada ao Conselho de Administração, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins de participação em processos judiciais, arbitrais ou arbitrais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas, nos termos do parágrafo segundo do artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com mandatos de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que o Conselho de Administração ou seu suplente, em suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, ou na ausência destes por acionista eleito para tal pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 25 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, em suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, ou na ausência destes por acionista eleito para tal pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 26 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselho após tal convocação ser devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração, e de outra forma, em observância ao disposto na Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. Cada ação ordinária da Companhia, publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e deverá indicar a data, hora e local da assembleia, bem como as matérias da ordem do dia, mesmo que resumidamente. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a assembleia em que comparecerem todos os acionistas ou a assembleia com relação a qual todos os acionistas declaram, por escrito, estarem cientes quanto à data, hora, local e ordem do dia. Artigo 27 - A Assembleia Geral será instalada por primeira convocação com a presença de acionistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito a voto, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Artigo 28 - Se maior quórum não for exigido por lei ou por disposição de Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes. Parágrafo Único. Os Acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito na OAB, ou diretamente a seu detentor em 1 (um) voto na Assembleia Geral. Para a validade das resoluções adotadas por qualquer assembleia geral, seja em primeira convocação ou seguintes, é necessário o voto afirmativo dos acionistas representando a maioria das ações representadas pelos presentes na assembleia, e especialmente para as assembleias listadas abaixo será necessário quórum qualificado de aprovação conforme disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia: (A) Alterar a duração da Companhia; (B) Dissolução da Companhia, bem como a venda, arrendamento ou alienação de qualquer ou substancialmente os ativos da Companhia; (C) Aumento ou redução do patrimônio líquido da Companhia, venda de ações em tesouraria e qualquer oferta pública ou particular de capital da Companhia ou qualquer conversão da Companhia em outra modalidade de capitalização de recursos em capital da Companhia, tendo ou não como resultado um novo detentor de participação econômica ou acionista da Companhia; (D) Alterar o objeto social da Companhia; (E) Alterar a nacionalidade da Companhia; (F) Alteração da natureza da Companhia, incluindo também qualquer alteração no objeto social ou no escopo dos negócios, ou fazer qualquer investimento e desinvestimento em pessoa ou projeto não expressamente autorizado no Plano de Operações e Orçamento Anual, ou a criação e término de subsidiárias; ou qualquer alteração substancial da Companhia em qualquer ou em todas as suas atividades comerciais; (G) Implementação de incorporação, fusão, transformação, ou cisão envolvendo a Companhia, ou efetuar outros tipos de reorganização ou consolidação da Companhia; (H) Resgate de ações; (I) Emissão de títulos ou debêntures, instrumentos negociáveis conversíveis em ações e ingresso em contrato, projeto, acordo ou outro instrumento que crie ou outorgue opções, garantias ou outros direitos e valores mobiliários; (J) Qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia; (K) Emissão ou aumento ou diminuição de capital da Companhia; (L) Assuntos referidos nos itens (A) até (O) do Artigo 15, se não tiverem sido resolvidos em reunião do Conselho de Administração; (M) Retenção de qualquer excesso relacionado à Metas Externas gerado pela Companhia após serem considerados o Plano de Operações e Orçamento Anual e seu fluxo de caixa; (N) Cancelamento ou alteração de qualquer ação existente da Companhia; (O) Qualquer pedido de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, e a aprovação de qualquer plano de recuperação; (P) Suspensão dos direitos de acionista; e (Q) Aprovação das demonstrações financeiras, contas, e relatório anual, bem como distribuição ou retenção dos dividendos contrários às provisões do Estatuto Social. Artigo 30 - Das Assembleias Gerais serão lavradas atas a serem transcritas em livro próprio. De cada ata será produzida uma versão em inglês, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. Sempre que necessário, as atas das Assembleias Gerais ficarão sujeitas à aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, no máximo, arquivadas na Junta Comercial. Capítulo VI - Comitê de Auditoria - Artigo 31 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, nos termos dos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Primeiro. O Comitê de Auditoria reportar-se-á ao Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. O Comitê de Auditoria adotará regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever, entre outros, os procedimentos para a eleição dos seus membros e seus procedimentos operacionais, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Terceiro. O Comitê de Auditoria funcionará permanentemente composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a renovação por mais 2 (dois) anos, a fim de atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos. Parágrafo Quarto. Pelo me-

nos dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a sociedade opera, que o qualifiquem para a função. Parágrafo Quinto. O membro do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Parágrafo Sexto. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. Parágrafo Sétimo. É indelével a função de integrante do Comitê de Auditoria. Parágrafo Oitavo. Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (A) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (B) recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; (C) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia; (D) avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (E) avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; (F) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do desempenho, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confiabilidade destas; (G) recomendar, ao Diretor-Presidente da Companhia, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (H) reunir-se, no mínimo semanalmente, com o Diretor-Presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para a verificação do cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (I) verificar, por ocasião das reuniões previstas no item (H), o cumprimento de suas recomendações por parte da diretoria da Companhia; (J) reunir-se com o conselho fiscal, se for o caso, e com o conselho de administração da Companhia, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para a identificação das políticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (K) assessorar o Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); (L) outras atribuições determinadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Nono. O Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo semanalmente, de forma que as informações contidas nas informações previstas nos normativos regulatórios por tal órgão antes de sua divulgação. Parágrafo Décimo. O Comitê de Auditoria deverá elaborar o Relatório do Comitê de Auditoria ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as informações previstas nos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Décimo Primeiro. O Comitê de Auditoria somente poderá ser extinto quando a Companhia não mais apresentar as condições previstas na legislação vigente que obrigam a sua constituição e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. Capítulo VII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 32 - O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 33 - Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais estarão sujeitas a auditoria por auditor independente. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, inclusive com antecipação, total ou parcial, dividendo obrigatório do exercício em curso. Parágrafo Primeiro. Após efetivadas as deduções previstas em lei à Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvidor do Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal. Parágrafo Segundo. Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Parágrafo Terceiro. Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo "capítulo desta artigo", em adição aos mesmos. Parágrafo Quarto. Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar. Parágrafo Quinto. A Assembleia Geral decidirá a respeito da impugnação ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício. Artigo 34 - As declarações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas conforme as práticas contábeis brasileiras. Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 35 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal - que funcionará durante todo o período de liquidação -, e nomeará o administrador da Companhia. Artigo 36 - A Companhia observará o acordo de acionistas arquivado em sua sede, celebrado em 1 de outubro de 2008, entre Augustus Holding S.A. e Aegon Brasil Holding Ltd., sendo expressamente vedado ao presidente ou secretário escolhido pelos Acionistas para presidir a Assembleia Geral ou a reunião do Conselho de Administração acatar o voto de qualquer acionista que seja signatário do acordo de acionistas, caso o voto esteja em desacordo com os termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Será também expressamente vedado à Companhia aceitar a transferência de ações de ações e/ou à criação e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas, como mencionado. Artigo 37 - Extinto qualquer desconhecimento ou inconsistência entre este Estatuto Social e quaisquer dos termos ou condições de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os termos e condições de tal acordo permanecerão válidos e devem prevalecer. Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados conforme a legislação em vigor. Artigo 39 - A Companhia foi criada em 15 de dezembro de 1976 e a Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Rio de Janeiro (RJ), 25 de junho de 2018. Mesa: Nilton Molina - Presidente da Mesa e Acionista; Raphael Barreto - Secretário da Mesa. Acionistas: Augustus Holding S.A. - CNPJ 09.334.007/0001-14. Nilton Molina - Diretor-Presidente. Aegon Brasil Holding BV - CNPJ 09.343.316/0001-91. Ana Tavares de Azevedo - Promotora CERTIFICADORA - CNPJ 00032517/25 de junho de 2018. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

LIGTH S.A.
CNPJ/MF nº 03.378.521/0001-75

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/05/2018. 1. Data, hora e local: 28/05/2018, às 9:30 hs, na sede da Light S.A. ("Cia"), localizada na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, RJ/RJ. 2. Presentes: Os

Conselheiros efetivos Nelson José H. Moreira, André J. de Almeida, Mauro B. Lemos, Luis Fernando P. Santos, Marcelo Rocha, Carlos A. da Cruz, Silvio Artur M. Starling, João P. N. Batista, Ricardo R. de Pinho, Raphael M. Martins e o conselheiro suplente em exercício, Nelson Roberto M. P. Fully. Compareceram, também, sem, contudo, participarem das votações, os conselheiros suplentes, Yuri F. de C. Ramos, Sérgio G. Malta, Bruno do C. Silva, Aline B. Ferreira, Magno dos S. Filho e a advogada Paula Regina N. Cury que foi convocada para secretariar os trabalhos. Solicito por aclamação para presidir a mesa o Conselheiro Nelson José H. Moreira. 3. Informações: O presidente da mesa, Sr. Nelson José H. Moreira informou que o Sr. Marco Guedes P. Junior, eleito como membro suplente deste conselho na AGO da Cia, realizada no dia 27/04/2018, não tomou posse no prazo legal, conforme art. 149.º 1º da Lei nº 6.404/76. Sendo assim, no momento, o cargo de conselheiro suplente ficará vago, passando o Conselho de Administração da Cia, a ter a seguinte composição: Titulares: Nelson José Hubner Moreira, Marcelo Lignanni Siqueira, André Juacaba de Almeida, Mauro Borges Lemos, Luis Fernando Paroli Santos, Marcelo Rocha, Carlos Alberto da Cruz (representante dos empregados), Silvio Artur Meira Starling (independente), João Pinheiro Nogueira Batista (independente), Ricardo Reisen de Pinho (independente), Raphael Manhães Martins (independente). Suplentes: Andrea Belo Lisboa Dias, Roberto Miranda Pimentel Fully, Yuri Fonseca de Choucar Ramos, Sérgio Gomes Malta, Bruno do Carmo Silva, Aline Bracks Ferreira, Magno dos Santos Filho (representante dos empregados), (VAGO), (VAGO), (VAGO), Bernardo Zito Porto (independente). 4. Assuntos Tratados - Deliberações: 4.1. Eleição para as funções de Presidente e Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.A., Light Energia S.A. e Light Energia S.A. O Conselho, por unanimidade, aprovou a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO de 2020. Os Conselheiros membros do Bloco de Controle indicaram para a função de Vice-Presidente o Sr. Mauro B. Lemos. Os Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins propuseram que a função de Vice-Presidente fosse exercida por um dos membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que referida medida seria positiva para a governança da Cia e seria entendida pelo mercado como uma sinalização positiva neste sentido. O Conselho, por maioria, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Ricardo R. de Pinho e com o voto vencido dos Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins, aprovou a escolha do Conselheiro Mauro B. Lemos para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO 2020. Adicionalmente, o Conselho, por unanimidade, orientou o voto favorável dos Conselheiros indicados pela Cia, nas reuniões dos Conselhos de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A.") e Light Energia S.A. ("Light Energia"), que deliberarem sobre a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.E.S.A. e Light Energia, respectivamente, com mandato até a AGO de 2020. Declaro que o presente é um extrato da ata da RCA da Light S.A. realizada no dia 28/05/2018, às 09h30min na sede da Cia.. Paula Regina N. Cury - Secretária da Reunião. Arquivada na JUCERJ 3202617 em 04/06/2018. Bernardo F. S. Bervanger, Secretário Geral.

Id: 2114597

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

LPS PATRIMÓVEL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.

CNPJ 08.094.611/0001-76 - NIRE 33.3.0028237-8

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores acionistas da LPS Patrimóvel - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia"), com fundamento no art. 123, p. único, "c", da Lei nº 6.404/76, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de junho de 2018, às 9 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.201, Barra da Tijuca, CEP 22631-004, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição e nomeação de novo membro do conselho de administração da Companhia substituindo ao conselheiro Marcelo Vasconcelos. Informações Gerais: Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as informações e documentos referentes às matérias constantes da Ordem do Dia, que por ele aplicável. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018. Rubem Vasconcelos.

Id: 2114280

Dimension Data Comercio e Serviços de Tecnologia Ltda.

CNPJ: 05.437.734/0005-80 - I.E.: 87.10638.1

Laudo Técnico/Certificado Anel

De acordo com o disposto no §4º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 a empresa acima descrita, vem neste ato dar publicidade ao atendimento do §2º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 onde através do processo E-04/005724/2016 está sendo apresentados os laudos técnicos emitidos pela empresa CONSULTREIN CONSULTORIA TREINAMENTO EM SERVIÇOS ELETROELETRONICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ no. 10.667.451/0001-30, informando que os itens neles mencionados estão classificados tecnicamente como produtos de informática ou eletroeletrônicos. Relação de laudos Apresentados: LI01_180611_01, LI01_180611_02, LI01_180611_03, LI01_180611_04, LI01_180611_05, LI01_180611_06, LI01_180611_07, LI01_180611_08, LI01_180621_01, LI01_180621_02

Id: 2114616

LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP

CNPJ: 22.798.667/0001-14

CONCESSÃO DE LICENÇA

LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN044758, com validade até 17 de dezembro de 2018, que a autoriza para impressão litográfica em folhas metálicas, na AVENIDA ANTONIO GOMES 800 - CALUNDU, município ITABORAÍ. Processo nº E-07/501662/2010.

Id: 2111316

XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 17.428.220/0001-95

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas 1ª Emissão de Debêntures da Xnice Participações S.A. - A Xnice Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.426.229/0001-95, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, bloco I, sala 201, Botafogo, CEP 22.250-040 - Rio Janeiro/RJ ("Emissora"), convoca os debenturistas da sua 1ª Emissão, nos termos da cláusula oitava da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografaria, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Resíduos nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Xnice Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral, a se realizar em 1ª convocação no dia 09 de julho de 2018, às 11 horas, na sede da Emissora, para deliberarem sobre: (i) A eventual declaração de Ven-



assinatura não possui validade quando impresso.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2023 23:46:33

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923463377300000069374421

Número do documento: 20110923463377300000069374421

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.353; **2) Carlos Antônio Harten Filho**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.357; **3) Danielle de Azevedo Cardoso**, inscrita na OAB/BA sob o nº 51.266; **4) Kamila Portinho Borges**, inscrita na OAB sob o nº 30.831; **5) Manuela Moura da Fonte**, inscrita na OAB sob o nº 30.397; **6) Milena Gila Fontes**, inscrita na OAB sob o nº 25.510; **7) Umberto Lucas de Oliveira Filho**, inscrito na OAB sob o nº 30.603, com escritório profissional na cidade de Fortaleza, na Avenida Santos Dumont, nº 2828, SI 06 e 07 – Edf. Torre Santos Dumont – Aldeota – CE – CEP 60.150-161, conferindo aos **OUTORGADOS** poderes para o foro em geral, de acordo com o artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, e, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, propor ações judiciais, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, substabelecer e assinar carta de preposto. Ficam expressamente revogados todos os poderes conferidos pela Outorgante por todo e qualquer instrumento de mandato previamente juntado aos processos em que esta procuração vier a ser apresentada. O presente instrumento é válido por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

12º OFÍCIO DE NOTAS Rua do Rosário, nº 134 - Centro - CEP: 20041-002 088591AB585041
TABELIÃO PEDRO CASTILHO Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3852-4000

Reconheço por semelhança as firmas de: NUNO PEDRO
CORREIA DAVID (L:016SEM/018) e OSMAR NAVARINI
(L:3131/177) (X000001EEA36)
Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019. Conf: _____

EM TEST. _____ da verdade TJ
Rafael R. M. Braga - Esc. Cad. 94-09406 Total
EDDV-39184 TER, EDDV-39185 IRB
Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>





SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Maños de Souza
Tabelião

Tânia Castro Góes
Substituta

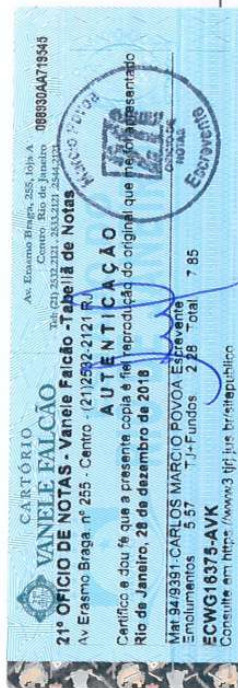
10º SERVIÇO NOTARIAL - RJ
Patrícia de Castro Duarte
Tabelã Substituta Mat. 94-2134

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobreloja, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-100
Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2658 / 2215-2859
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2235-3050

TRASLADO
LIVRO 2013
FLS. 197
ATO 162

PROCURAÇÃO, na forma abaixo:

S A I B A M os que este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano de dois mil e dezoito, ao(s) 10 (dez) dia(s) do mês de dezembro, perante mim, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabelã Substituta, lotada no 10º Serviço Notarial do Rio de Janeiro, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 26, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, compareceu como Outorgante, **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta Cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, representada por seus Diretores, **OSMAR NAVARINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade do IFP nº 06043929-6 e do CPF nº 301.842.820-04; e **LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da carteira de identidade do IFP nº 03.851.089-7 e do CPF nº 822.674.307-97, residentes e domiciliados nesta Cidade. Os presentes reconhecidos como os próprios pelos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé.- E, pela Outorgante, por seus representantes, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeava e constituía seus bastantes procuradores: **1) FERNANDA BLANCO ERBISTI**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.540 e do CPF nº 098.929.017-46; **2) JOEL ÁVILA DUTRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 166.598 e do CPF nº 070.431.527-04; **3) ANDRÉA MARAVILHA DUARTE**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 104.043 e do CPF nº 035.235.967-69; **4) JÚLIA YASMIM SEIXAS MARINHO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 202.033 e do CPF nº 126.111.027-75; **5) VIVIANE TAVARES RODRIGUES**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 129.471 e do CPF nº 051.775.347-23; **6) RAPHAEL SALLES DE PINHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 184.459 e do CPF nº 056.495.467-54; **7) NATALIE GUIMARÃES SOARES**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 169.588 e do CPF nº 106.380.607-02; **8) LAÍS MATIAS FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 218.910 e do CPF nº 110.098.067-93; e **9) JOÃO GABRIEL ALEIXO LUSTOSA CLARK MAGON**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.105 e do CPF nº 095.536.997-58, todos residentes e domiciliados nesta Cidade, com endereço comercial na Travessa Belas Artes, nº 15, aos quais conferem os poderes da cláusula ad judicium, para o foro em geral, podendo ainda os Outorgados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromisso, e, ainda, poderes gerais, amplos e ilimitados para representar a Outorgante perante a Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Especial de Instituições Financeiras, Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Registro Geral de Imóveis, INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A. e quaisquer Instituições Financeiras Públicas ou Privadas,



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMPRÉTIMO E CUSTAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA 159436



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:46:33

<https://pje.tje.rj.gov.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923463377300000069374421>

Número do documento: 20110923463377300000069374421



quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, fundações e repartições paraestatais ou entidades de economia mista, podendo ter vista de processos, tomar ciência de decisões, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, requerer certidões, cadastros, inscrições, alvarás, alterações, retirar guias, receber citações, assinar correspondências, constituir prepostos, podendo, ainda, a procuradora **FERNANDA BLANCO ERBISTI** firmar acordos judiciais e extrajudiciais e, **EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ELEITO DA OUTORGANTE OU COM UM PROCURADOR**, assinar contratos, praticando, enfim, todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO PASSARÁ A VIGORAR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019 ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019**, e revoga quaisquer outros outorgados anteriormente para o mesmo fim. Certifico que foram apresentadas e arquivadas as Consultas de Óbito sob nºs 0710-SPU-00467113 e 0710-BAM00463161. Certifico que são devidas custas no valor de R\$ 244,75 (Tab. 07-2-b), R\$ 10,35 de arquivamento, R\$ 36,00 (comunicações ao Distribuidor-CENSEC), R\$ 58,22 (20% do FETJ), R\$ 14,55 (5% do FUNDEPERJ), R\$ 14,55 (5% do FUNPERJ), R\$ 11,64 (4% do FUNARPEN), R\$ 4,89 (2% do PMCMV Lei Estadual 6370/12), R\$ 15,32 (ISSQN), R\$ 38,62 de distribuição, que deverão ser recolhidas no prazo legal. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram que lhes lavrasse nestas Notas esta procuração, que lhes sendo lida em voz alta, aceitaram e assinam, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias. Eu, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, digitei, lavrei, li, e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas dos contratantes: **(ASS) OSMAR NAVARINI e LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM. TRASLADADA NA MESMA DATA. EU, _____, TABELIÃ SUBSTITUTA, A SUBSCREVO E ASSINO EM PÚBLICO E RASO.**

EM TESTO _____ DA VERDADE.

10º SERVIÇO NOTARIAL-RJ
Patricia de Castro Duarte
Tabeliã Substituta Mat. 44-2134

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECVT12250-PIP
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** aos advogados, Antônio Fernando Costa Porto Lima, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 48.216, Danielle de Azevedo Cardoso, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob nº 56.347, Edson Bomfim de Jesus dos Santos, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 46.040, Elisabete de Carvalho Santos, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 16.255, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 31.753, Érico Vinicius Varjão Alves Evangelista, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 20.586, Erika Oliveira Assis, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 52.139, Helena Maria de Oliveira Martins, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 24.381, Irismar Souza de Almeida, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 39.164, Ive de Azevedo Cédro, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 37.343, Italo Araújo Mota, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 47.885, Italo Israel Santana Guimarães, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 52.131, Jaqueline Conceição Mercês, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 21.210, Juliana Silva de Oliveira, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.130, Kamila Portinho Borges, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 30.831, Keila Pereira Batista Burgos, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.360, Laila de Almeida Magalhães, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 51.440, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 38.660, Lázaro Roberto Silva Júnior, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 35.547, Márcio de Souza Oliveira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA 37.395, Marcus Vinicius de Carvalho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 42.631, Márcio Braga Pinheiro, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 25.834, Paula Fernanda Machado Borba, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 21.269, Rafael de Jesus Gomes, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 47.946, Rômulo Galvão Vieira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 41.622, Thácio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, Tiago Freitas Áspera, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 28.388, Thamyres Carvalho Dantas da Silva, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 49.069, Umberto Lucas de Oliveira Filho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 30.603, Vanessa Miranda de Souza, brasileira, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 45.759, com reservas de iguais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, salvo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que não ficam substabelecidos, tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado em meu favor. Fica certo que, em caso de renúncia de poderes expressos nesta, fica eleito desde já a advogada Milena Gila Fontes OAB 25.510, para praticar todos os atos necessários à renúncia, assinando isoladamente e representando todos, os que figurem nesta ou que

M. Gila

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

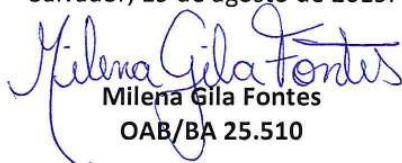
www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, que ainda poderão agir enquanto integrarem o Escritório QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA, considerando-se expressamente revogados, independentemente de qualquer notificação os poderes daquele que, por qualquer motivo, deixarem de integrar o referido escritório.

Salvador, 19 de agosto de 2019.


Milena Gila Fontes
OAB/BA 25.510

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ
CAVALCANTI
ADVOCATOS

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO**, os poderes a mim conferidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Travessa Belas Artes, 15, Centro, CEP 20.060-000, na pessoa do (a) advogado (a), **Thacio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, sem reservas de quais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, incluindo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que ficam substabelecidos, tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado a meu favor.**

Salvador, 17 de julho de 2020.

Danielle de Azevedo Cardoso
Daniele de Azevedo Cardoso
OAB/BA 56.347

Av. Tancredo Neves, 2539- Caminho das Árvore, Salvador- BA, CEP : 41820-021. Fone: 71. 3271.5310
www.queirozcalvacanti.adv.br

Digitalizada com CamScanner

